



Relatório de Auditoria da MAPFRE, S.A.

(Juntamente com as demonstrações financeiras e o relatório de gestão da MAPFRE, S.A., relativos ao exercício findo em 31.12.2025)

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.



KPMG Auditores, S.L.
Paseo de la Castellana, 259 C
28046 Madrid

Tradução do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras originalmente emitido no idioma espanhol. Em caso de discordância, o relatório de auditoria original no idioma espanhol prevalece.

Relatório de Auditoria as demonstrações financeiras emitido por um Auditor Independente

Aos acionistas da MAPFRE, S.A.

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras anuais da MAPFRE, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração do resultado, a demonstração das mudanças do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas, relativos ao exercício terminado naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anuais em anexo apresentam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio e da posição financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, bem como os resultados e fluxos de caixa, correspondentes ao exercício terminado naquela data, de acordo com o marco normativo de informação financeira aplicável (que se identifica na nota 2 da memória) e, em particular, com os princípios e critérios contábeis nele contidos.

Fundamento da opinião

Realizamos a nossa auditoria em conformidade com a regulamentação para a atividade de auditoria de demonstrações financeiras vigente na Espanha. As nossas responsabilidades de acordo com as referidas normas estão descritas abaixo na seção Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras do nosso relatório.

Somos independentes da Sociedade em conformidade com os requisitos éticos, incluindo os de independência, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras na Espanha, de acordo com o exigido pela norma reguladora da atividade de auditoria de demonstrações financeiras. Neste sentido, não prestamos serviços que não são os de auditoria de demonstrações financeiras, nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com as disposições da referida norma reguladora, tenham afetado a independência necessária de modo a que a mesma tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida proporciona uma base suficiente e adequada para a nossa opinião de auditoria.

Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são questões que, de acordo com o nosso julgamento profissional, foram de maior relevância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período atual. Estas questões foram abordadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras, em seu conjunto, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, e não expressamos uma opinião sobre estas questões separadamente.

Valoração das participações a longo prazo em empresas do grupo e associadas (10.161.015 mil euros)

Ver notas 4.c) y 8 das notas explicativas às demonstrações financeiras

<i>Questão-chave da auditoria</i>	<i>Como a questão foi abordada na nossa auditoria</i>
<p>A Sociedade, entidade matriz do Grupo MAPFRE, possui vários investimentos em empresas do grupo e associadas.</p> <p>O valor recuperável das participações em empresas do grupo e associadas a longo prazo é determinado através da aplicação de técnicas de avaliação que requerem exercício de julgamento por parte dos administradores e o uso de suposições e estimativas que consideram, entre outros aspectos, evoluções macroeconômicas, circunstâncias internas das sociedades participadas e seus concorrentes, taxas de desconto e crescimento ou previsões da evolução futura dos negócios.</p> <p>Devido à incerteza e ao julgamento associados às estimativas acima mencionadas, bem como a relevância do valor contábil das participações, consideramos sua valoração como uma questão-chave da nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos critérios utilizados pela Sociedade na identificação dos indicadores de redução do valor recuperável das participações em empresas do grupo e associadas. • Compreensão do processo de estimativa do valor recuperável dos investimentos em empresas do grupo e associadas e avaliação do desenho e implementação dos controles relevantes estabelecidos pela Sociedade em relação ao referido processo. • Avaliação da razoabilidade da metodologia e das hipóteses utilizadas pela Sociedade na estimativa do valor recuperável dos investimentos em empresas do grupo e associadas nas que existam indicadores de redução do valor recuperável, em colaboração com nossos especialistas em valoração de negócios. <p>Neste contexto, para os investimentos em que havia indícios de desvalorização, contrastamos a coerência das estimativas dos fluxos de caixa futuros projetados no cálculo do valor recuperável com os planos de negócio aprovados pelos órgãos de governo das sociedades do Grupo, bem como sua razoabilidade com base nos fluxos históricos e nas expectativas dos mercados em que operam.</p> <p>Além disso, avaliamos as taxas de crescimento e as taxas de desconto, que serviram de base para o cálculo dos valores recuperáveis, bem como a sensibilidade dos modelos às hipóteses-chave, com o objetivo de determinar seu impacto na avaliação.</p> <p>Também avaliamos se as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão em conformidade com os requisitos do marco normativo de informação financeira aplicável à Sociedade.</p>



Outras informações: Relatório da Administração

As outras informações compreendem exclusivamente o relatório da administração do exercício de 2025, cuja elaboração é da responsabilidade dos administradores da Sociedade, não sendo parte integrante das demonstrações financeiras.

A nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras não cobre o relatório da administração. A nossa responsabilidade pelas informações contidas no relatório da administração está definida na regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras, que estabelece dois níveis diferentes de responsabilidade:

- a) Verificar apenas se o estado da informação não financeira, determinada informação incluída no Relatório Anual de Governança Corporativa e no Relatório Anual de Remuneração dos Conselheiros, referidos na Lei de Auditoria de Contas, foi fornecida conforme previsto na legislação aplicável e, caso contrário, informar a respeito.
- b) Avaliar e informar sobre a concordância do restante da informação incluída no relatório da administração com as demonstrações financeiras, com base no conhecimento da entidade obtido na realização da auditoria das referidas demonstrações financeiras, bem como avaliar e informar se o conteúdo e a apresentação desta parte do relatório da administração estão em conformidade com a legislação aplicável. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que existem erros materiais, somos obrigados a informar a respeito.

Com base no trabalho realizado, conforme descrito anteriormente, verificamos que a informação mencionada na seção a) anterior foi fornecida conforme previsto na legislação aplicável e que o restante da informação incluída no relatório da administração está em concordância com as demonstrações financeiras do exercício de 2025 e seu conteúdo e apresentação estão em conformidade com a legislação aplicável.

Responsabilidade dos administradores e da comissão de Auditoria em relação às demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis por elaborar as demonstrações financeiras em anexo, de forma que expressem a imagem fiel do patrimônio, da posição financeira e dos resultados da Sociedade, de acordo com o marco normativo de informação financeira aplicável na Espanha, e pelo controle interno que considerem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras isentos de distorções materiais devidas a fraudes ou erros.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade de continuidade operacional da Sociedade, divulgando, caso necessário, questões relacionadas com o funcionamento da empresa e utilizando o princípio contábil de continuidade de operações, salvo se os administradores tiverem a intenção de liquidar a Sociedade ou de cessar as suas operações, ou caso não exista outra alternativa realista.

A comissão de auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras em seu conjunto estão isentas de distorções materiais devidas a fraudes ou erros e emitir um relatório de auditoria que contém nossa opinião.

Segurança razoável é um elevado grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha detecte sempre quaisquer distorções materiais que possam existir. As distorções podem dever-se a fraudes ou erros e, caso sejam consideradas materiais, individualmente ou de forma agregada, pode prever-se razoavelmente que influenciem as decisões econômicas que os usuários tomam com base nas demonstrações financeiras.

No âmbito de uma auditoria em conformidade com a regulamentação relativa à atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor na Espanha, aplicamos o nosso julgamento profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais nas demonstrações financeiras, devidas a fraudes ou erros, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido à fraude é mais elevado do que no caso de uma distorção material devida a erro, já que a fraude pode implicar conspiração, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas ou a de burlar os controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Sociedade.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório de auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos subsequentes de maneira que expressem a imagem fiel.

Comunicamo-nos com à comissão de auditoria de MAPFRE, S.A. em relação com, entre outras questões, ao alcance e ao momento planejados para a realização da auditoria e a resultados significativos da auditoria, bem como a qualquer deficiência significativa de controle interno que identificamos durante a auditoria.



Também proporcionamos à comissão de auditoria uma declaração de que cumprimos os requisitos de éticas aplicáveis, incluindo os de independência, e que nos comunicamos com o mesmo para informar sobre questões que possam razoavelmente supor uma ameaça para a nossa independência e, conforme o caso, sobre as respectivas salvaguardas.

Entre questões que foram objeto de comunicação à comissão de auditoria, determinamos as que assumiram maior relevância na auditoria das demonstrações financeiras do período atual e que são, conseqüentemente, as questões-chave da auditoria.

Descrevemos essas questões no nosso relatório de auditoria, exceto aquelas cuja divulgação pública seja proibida por disposições legais ou regulamentares.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato Eletrônico Único Europeu

Examinamos o arquivo digital do Formato Eletrônico Único Europeu (FEUE) da MAPFRE, S.A. para o exercício de 2025, o qual compreende um arquivo XHTML com as demonstrações financeiras do exercício, e que fará parte do relatório financeiro anual.

Os Administradores da MAPFRE, S.A. são responsáveis pela apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2025 de acordo com o formato e os requisitos de marcação estabelecidos no Regulamento Delegado UE 2019/815, de 17 de dezembro de 2018, da Comissão Europeia (doravante Regulamento FEUE). A este respeito, incorporaram o Relatório Anual de Governança Corporativa por referência no relatório da administração.

A nossa responsabilidade consiste em examinar os arquivos digitais elaborados pelos Administradores da Sociedade, de acordo com as normas que regulam a atividade de auditoria de demonstrações financeiras em vigor em Espanha. Os referidos regulamentos exigem que planejemos e executemos nossos procedimentos de auditoria, a fim de verificar se o conteúdo das demonstrações financeiras incluídas nos arquivos digitais acima mencionados corresponde inteiramente ao das demonstrações financeiras que auditamos, e se o formato e marcação do mesmo e dos referidos processos foram realizados em todos os aspectos significativos, de acordo com os requisitos estabelecidos no Regulamento FEUE.

Em nossa opinião, os arquivos digitais examinados correspondem integralmente às demonstrações contábeis auditadas, sendo estas apresentadas e marcadas, em todos os seus aspectos significativos, de acordo com os requisitos estabelecidos no Regulamento FEUE.

Relatório Adicional para a comissão de auditoria

A opinião expressa no presente relatório é coerente com as afirmações constantes no relatório adicional para a comissão de auditoria da Sociedade datado de 11 de fevereiro de 2026.



Período de contratação

Na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de MAPFRE, S.A. celebrada a 15 de março de 2024 fomos nomeados como auditores da Sociedade por um período de 4 anos, contados a partir do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2024, inclusive.

Anteriormente, fomos nomeados por acordo da Assembléia Geral de Acionistas para o período de 3 anos e temos realizado o trabalho de auditoria continuamente desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

KPMG Auditores, S.L.
Inscrito no R.O.A.C nº S0702

(Assinado no relatório de auditoria original emitido no idioma espanhol)

Álvaro Vivanco Rueda

Inscrito no R.O.A.C: 24.151

CONTAS ANUAIS INDIVIDUAIS
E
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

EXERCÍCIO 2025

MAPFRE S.A.

CONTAS ANUAIS INDIVIDUAIS

MAPFRE S.A.

CONTAS ANUAIS INDIVIDUAIS 2025

ÍNDICE

BALANÇO	4
CONTA DE RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	9
HISTÓRICO	10
1. Atividade da empresa	10
2. Regulamentações da apresentação das contas anuais	10
3. Distribuição de resultados	11
4. Normas de registro e avaliação	12
5. Imobilizado material	21
6. Imobilizado intangível	22
7. Arrendamentos	23
8. Instrumentos financeiros	23
9. Fundos próprios	30
10. Obrigações	31
11. Moeda estrangeira	33
12. Situação fiscal	34
13. Receitas e despesas	45
14. Provisões e contingências	45
15. Informações sobre o meio ambiente	45
16. Retribuições a médio e longo prazo e pagamentos com base em ações	46
17. Fatos posteriores ao encerramento	47
18. Operações com partes vinculadas	48
19. Outras informações	51
Anexo 1	54

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO		Notas de Histórico	2025	2024
A)	ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.335.550	10.315.483
I.	Imobilizado intangível	6	15	18
5	Aplicativos de informática		15	18
II.	Imobilizado material	5	12.721	12.634
1	Terrenos e construções		10.816	11.005
2	Instalações técnicas e outro imobilizado material		1.746	1.626
3	Imobilizado em andamento e adiantamentos		159	3
IV.	Investimentos em empresas do grupo e associadas em longo prazo	8	10.161.015	10.170.668
1	Instrumentos de patrimônio		10.161.015	10.170.668
V.	Investimentos financeiros em longo prazo	8	83.961	73.507
1	Instrumentos de patrimônio		69.456	58.625
2	Créditos a terceiros		69	68
3	Valores representativos de dívida		9.554	9.970
5	Outros ativos financeiros		4.882	4.844
VI.	Ativos por imposto diferido	12	77.838	58.656
B)	ATIVO CIRCULANTE		371.073	308.079
III.	Devedores comerciais e outras contas a cobrar		233.895	184.609
1	Clientes por vendas e prestações de serviços	8	2	3
3	Devedores diversos	8	240	510
4	Pessoal	8	716	670
5	Ativos por imposto corrente	12	49.383	10.976
6	Outros créditos com as Administrações Públicas	12	183.554	172.450
IV.	Investimentos em empresas do grupo e associadas em curto prazo	8,18	98.820	103.108
5	Outros ativos financeiros		98.820	103.108
V.	Investimentos financeiros em curto prazo	8,18	121	120
2	Créditos a terceiros		57	56
3	Valores representativos da dívida		64	64
VI.	Delimitações em curto prazo		77	189
VII.	Dinheiro e outros ativos líquidos equivalentes	8	38.160	20.053
1	Tesouraria		38.160	20.053
TOTAL ATIVO (A+B)			10.706.623	10.623.562

Milhares de euros

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		Notas de Histórico	2025	2024
A)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.656.880	7.742.130
A-1)	FUNDOS PRÓPRIOS		7.647.494	7.736.647
I.	Capital	9	307.955	307.955
1	Capital subscrito		307.955	307.955
II.	Prêmio de emissão	9	3.338.720	3.338.720
III.	Reservas		3.612.650	3.611.534
1	Jurídicas e estatutárias	9	61.591	61.591
2	Outras reservas		3.551.059	3.549.943
IV.	Ações próprias	9	(52.010)	(25.543)
V.	Resultados de exercícios anteriores		211.423	194.540
1	Residual		211.423	194.540
VII.	Resultado do exercício	3	444.325	509.612
VIII.	(Dividendo a receber)	3	(215.569)	(200.171)
A-2)	AJUSTES POR MUDANÇA DE VALOR		9.386	5.483
I.	Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio líquido		9.386	5.483
B)	PASSIVO NÃO CORRENTE		1.630.896	2.566.586
I.	Provisões em longo prazo	14	32.914	28.978
1	Obrigações por prestações no longo prazo ao pessoal		32.914	28.978
II.	Dívidas em longo prazo		1.594.746	2.534.543
1	Obrigações e outros valores negociáveis	8, 10	1.594.746	2.449.543
2	Dívidas com entidades de crédito	8	—	85.000
IV.	Passivos por imposto diferido	12	3.236	3.065
C)	PASSIVO CORRENTE		1.418.847	314.846
III.	Dívidas a curto prazo		902.241	45.296
1	Obrigações e outros valores negociáveis	8, 10	902.239	45.220
2	Dívidas com entidades de crédito	8	—	30
5	Outros passivos financeiros	8	2	46
IV.	Dívidas com empresas do grupo e associadas em curto prazo	8,18	450.508	228.335
V.	Credores comerciais e outras contas a pagar		66.098	39.393
3	Credores diversos	8	12.258	4.680
4	Funcionários (remunerações a pagar)	8	28.984	17.924
5	Passivos por imposto corrente		7.630	—
6	Outras dívidas com Administrações Públicas		17.226	16.789
VI.	Delimitações em curto prazo	8	—	1.822
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (A+B+C)			10.706.623	10.623.562

Milhares de euros

CONTA DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CONTA DE RESULTADOS	Notas do Histórico	2025	2024
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Montante líquido dos valores de negócios		720.150	721.260
Dividendos e juros de empresas do grupo e associados	8,18	631.385	647.245
Dividendos		631.369	647.238
Juros		16	7
Outras receitas operacionais	18	88.765	74.015
Receitas acessórias e outras de gestão circulante		88.765	74.015
Despesas com pessoal		(110.117)	(102.108)
Salários, rendas e assemelhados		(58.146)	(64.187)
Encargos sociais	13	(25.768)	(22.779)
Provisões	14	(26.203)	(15.142)
Outras despesas operacionais		(95.716)	(79.476)
Serviços externos		(95.677)	(79.441)
Tributos		(39)	(35)
Amortização do imobilizado	5,6	(574)	(840)
Redução ao valor recuperável de empresas do grupo e associadas	8	(31.620)	11.111
Outros resultados		(661)	136
RESULTADO OPERACIONAL		481.462	550.083
Receitas financeiras	8	4.511	3.999
De participações em instrumentos de patrimônio		1.571	798
De terceiros		1.571	798
De valores negociáveis e outros instrumentos financeiros		2.940	3.201
De terceiros		2.940	3.201
Gastos financeiros		(83.043)	(90.592)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	8,18	(1.224)	(4.530)
Por dívidas com terceiros	8	(81.640)	(85.880)
Por atualização de provisões	8	(179)	(182)
Diferenças de câmbio	8	(41)	(2)
Redução ao valor recuperável e resultado por alienação de instrumentos financeiros	8	(6)	1.369
Redução ao valor recuperável e perda		(6)	—
Resultado por alienações do imobilizado e outros		—	1.369
RESULTADO FINANCEIRO		(78.579)	(85.226)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	12	402.883	464.857
Imposto de renda	12	41.442	44.755
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	12	444.325	509.612
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3	444.325	509.612

Milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

A) DEMONSTRAÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS

CONTA DE RESULTADOS	Notas do Histórico	2025	2024
A) Resultado da conta de resultados	3	444.325	509.612
Receitas e despesas alocadas diretamente ao patrimônio líquido			
I. Pela avaliação de instrumentos financeiros			
1. Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio líquido		5.204	2.612
VII. Efeito impositivo		(1.301)	(653)
B) Total de receitas e despesas alocadas diretamente no patrimônio líquido (I+IV+VII)		3.903	1.959
Transferências para a conta de resultados			
VIII. Pela avaliação de instrumentos financeiros			
1. Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio líquido		—	—
XIII. Efeito impositivo		—	—
C) Total de transferências para a conta de resultados (VIII+XIII)		—	—
TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS (A+B+C)		448.228	511.571

Milhares de euros

B) DEMONSTRAÇÃO TOTAL DE ALTERAÇÕES DO PATRIMÔNIO

CONCEITO	Capital		Prêmio de emissão	Reservas	(Ações e participações próprias no patrimônio)	Resultado de exercícios anteriores	Outras contribuições de sócios	Resultado do exercício	(Dividendo a receber)	Outros instrumentos patrimoniais líquidos	Ajustes por mudança de valor	Subvenções, doações e bens recebidos	TOTAL
	Subscrito	Não exigido											
SALDO AJUSTADO, INÍCIO DO ANO DE 2024	307.955	—	3.338.720	3.611.211	(31.675)	285.647	—	370.807	(184.772)	—	3.524	—	7.701.417
I. Total de receitas e despesas abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	509.612	—	—	1.959	—	511.571
1. Aumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4. (-) Distribuição de dividendos	—	—	—	—	—	(277.160)	—	—	(200.171)	—	—	—	(477.331)
4. bis. Distribuição de resultado	—	—	—	—	—	186.035	—	(370.807)	184.772	—	—	—	—
5. Operações com ações ou partic. próprias (Nota 9)	—	—	—	380	6.132	—	—	—	—	—	—	—	6.512
6. Aumento/Redução de patrimônio líquido resultante de combinação de negócios.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
III. Outras Variações do patrimônio líquido	—	—	—	(57)	—	18	—	—	—	—	—	—	(39)
SALDO FINAL DO ANO DE 2024	307.955	—	3.338.720	3.611.534	(25.543)	194.540	—	509.612	(200.171)	—	5.483	—	7.742.130
II. Ajustes por correção de erros de 2024	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SALDO AJUSTADO, INÍCIO DO ANO DE 2025	307.955	—	3.338.720	3.611.534	(25.543)	194.540	—	509.612	(200.171)	—	5.483	—	7.742.130
I. Total de receitas e despesas abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	444.325	—	—	3.903	—	448.228
1. Aumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4. (-) Distribuição de dividendos	—	—	—	(4.619)	—	(292.558)	—	—	(215.569)	—	—	—	(512.746)
4. bis. Distribuição de resultado	—	—	—	—	—	309.441	—	(509.612)	200.171	—	—	—	—
5. Operações com ações ou partic. próprias (Nota 9)	—	—	—	5.695	(26.467)	—	—	—	—	—	—	—	(20.772)
6. Aumento/Redução de patrimônio líquido resultante de combinação de negócios.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
III. Outras Variações do patrimônio líquido	—	—	—	40	—	—	—	—	—	—	—	—	40
SALDO FINAL DO ANO DE 2025	307.955	—	3.338.720	3.612.650	(52.010)	211.423	—	444.325	(215.569)	—	9.386	—	7.656.880

Milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

A) CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas de Histórico	2025	2024
1. Resultado do exercício antes de impostos		402.883	464.857
2. Ajustes de resultado		(517.531)	(530.280)
a) Amortização do imobilizado	5,6	574	840
b) Correções de avaliação por redução ao valor recuperável (+/-)	8	31.620	(11.111)
f) Resultados por baixas e alienações de instrumentos financeiros (+/-)	8	6	(1.369)
g) Receitas financeiras (-)	8	(4.511)	(3.999)
h) Gastos financeiros (+)	8	83.043	90.592
i) Diferenças de câmbio (+/-)	8	41	2
j) Variação de valor justo em instrumentos financeiros (+/-)	8	—	—
k) Outras receitas e despesas		(628.304)	(605.235)
3. Alterações no capital circulante		(855)	(30.417)
b) Devedores comerciais e outras contas a cobrar (+/-)		(49.285)	45.909
c) Outros ativos circulantes (+/-)		4.030	(17.035)
d) Credores e outras contas a pagar (+/-)		20.801	(9.064)
e) Outros passivos circulantes (+/-)		28.618	(46.966)
f) Outros ativos e passivos não circulantes (+/-)		(5.019)	(3.261)
4. Outros caixas líquidos gerados nas atividades operacionais		576.078	617.165
a) Pagamentos por juros (-)		(80.060)	(87.078)
b) Cobranças por dividendos (+)		631.947	647.711
c) Cobranças por juros (+)		2.431	2.762
d) Recuperação (pagamento) de imposto de renda (+/-)		21.760	53.770
5. Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (+/-1+/-2+/-3+/-4)		460.575	521.325
B) CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
6. Pagamentos por investimentos (-)		(35.078)	(22.267)
a) Empresas do grupo e associadas	8	(29.831)	(19.876)
g) Outros ativos	8	(5.247)	(2.391)
7. Cobranças por desinvestimentos (+)		7.869	14.953
a) Empresas do grupo e associadas	8	7.863	13.557
e) Outros ativos financeiros	8	6	1.396
8. Caixa gerado nas atividades de investimento (7+6)		(27.209)	(7.314)
C) CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
9. Cobranças e pagamentos por instrumentos de patrimônio		(26.468)	6.511
c) Aquisição de instrumentos de patrimônio próprios (-)		(40.418)	—
e) Alienação de instrumentos de patrimônio próprios (+)		13.950	6.511
10. Cobranças e pagamentos por instrumentos de passivo financeiro		109.500	(34.500)
a) Emissão			
2. Dívidas com entidades de crédito (+)	8	405.000	619.000
3. Dívidas com entidades do grupo e associadas (+)		324.500	202.000
b) Devolução e amortização de			
2. Dívidas com entidades de crédito (-)	8	(490.000)	(614.000)
3. Dívidas com entidades do grupo e associadas. (-)		(130.000)	(241.500)
11. Pagamentos por dividendos e remunerações de outros instrumentos de patrimônio		(498.291)	(477.331)
a) Dividendos (-)		(498.291)	(477.331)
12. Caixa consumido nas atividades de financiamento (+/-9/10-11)		(415.259)	(505.320)
E) AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA OU EQUIVALENTES (+/-5+/-8+/-12+/-D)		18.107	8.691
Caixa ou equivalentes no início do exercício		20.053	11.362
Caixa ou equivalentes no fim do exercício		38.160	20.053

Milhares de euros

HISTÓRICO

EXERCÍCIO 2025

1. Atividade da empresa

A Mapfre S.A., (doravante, a Sociedade) é uma sociedade anônima cuja principal atividade reside no investimento dos seus fundos em ativos mobiliários e imobiliários.

A área de atuação da Sociedade é principalmente todo o território nacional.

Sua sede social se encontra em Majadahonda, Ctra. de Pozuelo, 52, e é a entidade matriz do Grupo Mapfre, composto pela Mapfre S.A.. e várias sociedades que possuem atividades nos setores de seguros, mobiliário, financeiro e de serviços.

A Sociedade é filial da Cartera Mapfre S.L., Sociedad Unipersonal, sediada em Carretera de Pozuelo nº 52, Majadahonda (Madri). Suas contas anuais, correspondentes ao exercício anual que encerrou em 31 de dezembro de 2025, serão elaboradas pelo seu Conselho de Administração com data de 23 de março de 2026, sendo depois depositados no Registro Mercantil (Junta Comercial) de Madri.

A principal entidade é a Fundación Mapfre, entidade sem fins lucrativos, sediada em Madri, Paseo de Recoletos 23. As contas anuais consolidadas desta serão depositadas no Registro Mercantil de Madri e uma cópia enviada ao Registro de Fundações (Cadastro de Fundações).

2. Regulamentações da apresentação das contas anuais

a) IMAGEM FIDEDIGNA

A representação fidedigna do patrimônio, a situação financeira e os resultados, bem como a veracidade dos fluxos integrados na demonstração de fluxos de caixa é resultado da aplicação das disposições legais em matéria contábil, sem que seja preciso incluir informações complementares, de acordo com o parecer dos Administradores.

O Conselho de Administração da Sociedade estima que as contas anuais individuais e consolidadas do exercício de 2025, formuladas no dia 11 de fevereiro de 2026, serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas sem modificações.

b) PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

As contas anuais foram elaboradas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade, aprovado pelo Real Decreto 1514/2007, de 16 de novembro, modificado posteriormente por meio do Real Decreto 1159/2010, de 17 de setembro, e do Real Decreto 602/2016, de 2 de dezembro, e do Real Decreto 1/2021, de 12 de janeiro, bem como as demais legislações comerciais e outras normas aplicáveis.

c) ASPECTOS CRÍTICOS DA AVALIAÇÃO E ESTIMATIVA DA INCERTEZA

Durante os preparativos das contas anuais, foram utilizados pareceres e estimativas baseados em hipóteses sobre o futuro e quanto a incertezas que se referem, basicamente, à redução ao valor recuperável dos ativos, ativos por impostos diferidos e provisões.

As estimativas e suposições utilizadas são revistas periodicamente e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores que podem ter sido considerados mais razoáveis a cada momento. Em caso de alteração da estimativa em determinado período, como resultado dessas revisões, seu efeito seria aplicado a esse período e, se for o caso, aos períodos sucessivos.

d) COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Não existem motivos que impeçam a comparação das contas do exercício com as do anterior.

e) CORREÇÕES DE ERROS

Não foram detectados erros significativos nas contas anuais de exercícios anteriores da Sociedade.

3. Distribuição de resultados

Para a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração da Sociedade sugeriu a seguinte distribuição de resultados e residuais.

BASES DE DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE
Perdas e lucros	444.324.836,55
Residual	211.422.738,32
TOTAL	655.747.574,87

DISTRIBUIÇÃO	MONTANTE
Para dividendos	554.319.589,14
Para residual	101.427.985,73
TOTAL	655.747.574,87

Dados em euros

A distribuição de dividendos prevista na distribuição dos resultados e residuais obedece aos requisitos e limitações das normas legais e dos estatutos sociais. Esses requisitos e limitações referentes às reservas indisponíveis são descritos na Nota 9 "Fundos próprios".

Esta distribuição de dividendos fundamenta-se em uma análise exaustiva e criteriosa da situação do Grupo Mapfre, não comprometendo sua solvência futura.

Durante o exercício, a Sociedade distribuiu dividendos intermediários pelo montante total de 215.568.729,11 euros (200.170.962,75 euros em 2024), o que é mostrado na seção "Dividendo a receber" do patrimônio líquido do balanço.

Adicionalmente, foi distribuído um dividendo extraordinário à conta de reservas, no valor de 4.619.329,91 euros, como pagamento vinculado à participação dos acionistas na Junta Geral.

A seguir, é reproduzida a demonstração de liquidez elaborada pelo Conselho de Administração para a distribuição do dividendo a receber.

CONCEITO	DATA DO ACORDO
	30 de outubro de 2025
Tesouraria disponível na data do acordo	104.307
Aumentos em tesouraria previstos em um ano	2.222.100
(+) Por operações de cobrança circulantes previstas	769.100
(+) Por operações financeiras previstas	1.453.000
Diminuições em tesouraria previstas em um ano	(1.647.571)
(-) Por operações de pagamentos circulantes previstas	(119.227)
(-) Por operações financeiras previstas	(1.528.344)
Tesouraria disponível em um ano	678.836

Milhares de euros

A distribuição de resultados correspondente ao exercício 2024, efetuada durante o exercício 2025, encontra-se apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

4. Normas de registro e avaliação

A seguir, são descritas as normas de registro e avaliação aplicadas:

a) Imobilizado

Intangível

Os ativos registrados no imobilizado intangível obedecem ao critério de capacidade de identificação, e foram reduzidos pela amortização acumulada e pelas possíveis perdas devido à redução ao valor recuperável.

São avaliados pelo preço de aquisição ou custo de produção e são amortizados, geralmente, de forma sistemática em função da sua vida útil.

Material

Os bens incluídos no imobilizado material são avaliados pelo seu custo, seja de aquisição ou de produção, incluindo impostos indiretos que não possam ser diretamente recuperados da Fazenda Pública, reduzidos pela amortização acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada de maneira linear em relação ao valor do custo do ativo, subtraindo o valor residual e o valor dos terrenos, dependendo da vida útil de cada um dos bens.

Os custos de renovação, ampliação ou melhoria dos bens do imobilizado material são incluídos como o valor mais alto do bem, quando representarem aumento de capacidade, produtividade ou extensão da sua vida útil.

Redução ao valor recuperável do imobilizado

Pelo menos no fechamento do exercício e sempre que houver indícios de redução ao valor recuperável, a Sociedade avalia se os elementos do imobilizado podem ter sofrido uma perda de valor. Se esses indícios existirem, é feita a estimativa do valor recuperável do ativo.

Entende-se por valor recuperável o montante mais alto entre o valor razoável, subtraindo-se os custos de venda, e o valor em uso.

Se o valor contabilizado exceder o montante recuperável, será reconhecida uma perda por este excesso, e os valores contabilizados do ativo serão reduzidos até chegar ao seu valor recuperável.

As correções de valor por redução ao valor recuperável e a reversão dos elementos do imobilizado, são reconhecidas como despesa ou receita, respectivamente, na conta de resultados, no item de "Redução ao valor recuperável e resultado por alienações do imobilizado".

Em caso de aumento produzido no valor recuperável de um ativo diferente do ágio, a perda por deterioração do valor recuperável reconhecida previamente será revertida, aumentando o valor contabilizado do ativo até chegar ao seu valor recuperável. Este aumento nunca ultrapassa o valor contabilizado líquido da amortização que estaria registrado se a perda por redução ao valor recuperável em anos anteriores não tivesse sido reconhecida. A reversão é reconhecida na conta de resultados, exceto se o ativo já tiver sido reavaliado em comparação com os "Ajustes por mudanças de valor". Neste caso, a reversão será tratada como aumento da reavaliação. Após a correção de valor ou reversão, a despesa por amortização é ajustada nos próximos períodos.

b) Locações operacionais

A Sociedade classifica como contratos de locação operacionais aqueles que estão ativos, considerando que o locador não transferiu todos os riscos e lucros da propriedade de maneira efetiva para o locatário. As receitas ou despesas originadas pelas locações operacionais são registradas na conta de resultados ao longo da duração do contrato de acordo com o princípio de obrigação de pagamento.

c) Instrumentos financeiros

ATIVOS FINANCEIROS

São classificados como ativos financeiros aqueles que correspondem a dinheiro em numerário, instrumentos de patrimônio de outra empresa, ou que representem direito contratual a receber em numerário ou em outro ativo financeiro (um instrumento de dívida), ou qualquer troca de instrumentos financeiros em condições favoráveis.

As operações realizadas no mercado de divisas são registradas na data de liquidação, enquanto os ativos financeiros negociados em mercados secundários dos mercados espanhóis são reconhecidos na data de contratação, caso sejam instrumentos de patrimônio, ou na data de liquidação, caso sejam valores representativos de dívida.

Os ativos financeiros são classificados em:

Ativos a valor justo com mudanças na conta de perdas e lucros

Nesta categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação, bem como os ativos financeiros não classificados em quaisquer das outras categorias.

O conceito de negociação de instrumentos financeiros reflete compras e vendas ativas e frequentes, visando gerar um lucro com as flutuações a curto prazo no preço ou na margem de intermediação.

Inicialmente, os ativos financeiros incluídos nesta categoria são avaliados por seu valor justo, que, exceto evidência contrária, será o preço da transação que equivale ao valor justo da contraprestação entregue. Os custos da transação que lhes forem diretamente atribuíveis são reconhecidos na conta de resultados do exercício.

Após o reconhecimento inicial, eles são avaliados pelo valor justo com mudanças na conta de resultados.

Para os instrumentos de patrimônio que não são mantidos para negociação, nem são avaliados ao custo, foi realizada a escolha irrevogável no momento de seu reconhecimento inicial de apresentar as mudanças posteriores no valor justo diretamente no patrimônio líquido.

Ativos financeiros a custo de amortizado

Incluem-se nesta categoria aqueles ativos financeiros, mesmo quando estejam admitidos a negociação em mercados organizados, quando o investimento é mantido com o objetivo de receber os fluxos de dinheiro que são apenas cobranças de principal e juros sobre o montante do principal pendente (sem prejuízo de que a operação seja acordada em taxa de juros zero ou abaixo de mercado).

Considera-se que os ativos cumprem com este objetivo, mesmo quando tenham ocorrido ou se espera que ocorram vendas no futuro. A esse fim, considera-se a frequência, o montante, o calendário e os motivos das vendas de exercícios anteriores, e as expectativas de vendas futuras.

Com caráter geral, são incluídos nesta categoria os créditos por operações comerciais e não comerciais.

Avaliam-se inicialmente pelo seu valor justo que, salvo evidência em contrário, é o preço da transação, que equivale ao valor justo da contraprestação entregue, mais os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis.

Os créditos por operações comerciais e outros itens, como adiantamentos, créditos para o pessoal ou dividendos a receber com vencimento inferior a um ano, sem taxa de juros conforme contrato, são avaliados pelo seu valor nominal quando o efeito da não atualização dos fluxos de numerário não sejam significativos no reconhecimento inicial nem na avaliação posterior, exceto em caso de redução ao valor recuperável.

A avaliação posterior destes ativos é realizada por seu custo de amortizado, contabilizando os juros proporcionados na conta de resultados aplicando o método da taxa de juros efetiva.

Estima-se que existe redução ao valor recuperável quando há diminuição ou atraso nos fluxos de numerário futuros e estimados que possam ser motivados por insolvência do devedor.

As correções de avaliação por redução ao valor recuperável e, se for o caso, a sua reversão, são feitas no fechamento do exercício reconhecendo despesas ou receitas, respectivamente, na conta de resultados. Apesar disto, a reversão das perdas é limitada pelo custo de amortizado que os ativos teriam tido se a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido registrada.

Ativos financeiros a custo

São incluídos nesta categoria os investimentos no patrimônio de empresas do grupo, multigrupo e associadas. São reconhecidos inicialmente e avaliados ao custo, que equivale ao valor justo da contraprestação entregue, mais os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis.

A avaliação posterior é realizada por seu custo menos, em seu caso, o montante acumulado das correções valorativas por deterioração.

Nas contribuições não numerárias de negócios a uma empresa do Grupo, o contribuinte avalia o investimento recebido pelo valor contábil dos itens patrimoniais entregues nas contas anuais encerradas e mais recentes do Grupo. O reconhecimento da diferença existente entre o valor contábil do investimento feito e o valor contabilizado da participação recebida é feito em uma conta de reservas.

Quando um valor é atribuído devido à baixa do balanço ou por outra razão, é aplicado o método de custo médio ponderado para grupos homogêneos.

Em caso de venda de direitos preferenciais de assinatura e similares, ou de separação destes para seu exercício, o montante do custo dos direitos subtrai o valor contábil dos ativos respectivos.

No fechamento do exercício, se existirem provas objetivas de que o valor contabilizado do investimento não pode ser recuperado, serão feitas as correções de avaliação necessárias.

O montante da correção de avaliação corresponde à diferença entre o valor contabilizado do investimento e o montante recuperável, sendo este último o montante mais alto entre os seguintes: valor justo menos custos de venda ou valor atual dos fluxos futuros de numerário derivados do investimento.

As correções de avaliação por redução ao valor recuperável e, se for o caso, a sua reversão, são registradas como despesas ou receitas do exercício na conta de resultados.

A reversão da redução ao valor recuperável tem como limite o valor contábil do investimento que estaria reconhecido na data de reversão se não tivesse sido registrada a redução ao valor recuperável. Contudo, no caso de ter ocorrido um investimento, prévio a sua qualificação como empresa do grupo, multigrupo ou associada, e anteriormente a essa qualificação, tivessem sido realizados ajustes valorativos atribuídos diretamente ao patrimônio líquido derivados desse investimento, estes ajustes se mantêm com caráter geral após a qualificação até a alienação ou baixa do investimento, momento em que ocorre o registro na conta de resultados.

Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio líquido

Incluem-se nesta categoria aqueles ativos financeiros cujas condições contratuais dão lugar a fluxos de dinheiro que são apenas cobrança de principal e juros sobre o montante do principal pendente, e não se mantêm para negociar nem seja conveniente classificá-los na categoria "Ativos financeiros a custo de amortizado".

Incluem-se também nesta categoria os investimentos em instrumentos de patrimônio para os quais foi exercida a opção irrevogável em seu reconhecimento inicial de apresentar as mudanças posteriores diretamente no patrimônio líquido.

Avaliam-se inicialmente pelo seu valor justo que, salvo evidência em contrário, é o preço da transação, que equivale ao valor justo da contraprestação entregue, mais os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis.

A avaliação posterior é realizada pelo seu valor justo e as mudanças de valor são atribuídas no patrimônio líquido, sendo reclassificadas à conta de resultados na venda ou em caso de redução ao valor recuperável do ativo financeiro.

As correções de avaliação por redução ao valor recuperável e as perdas e lucros resultantes por diferenças cambiais em ativos financeiros monetários em moeda estrangeira são registradas na conta de resultados.

Também são registrados na conta de resultados o montante dos juros, calculados segundo o método de taxa de juros efetiva e o montante dos dividendos acumulados.

Os investimentos em instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser determinado de forma confiável são avaliados por seu custo menos o montante acumulado por correções de valor por redução ao valor recuperável.

Quando um valor é atribuído a esses ativos devido à baixa do balanço ou por outra razão, é aplicado o método de valor médio ponderado por grupos homogêneos.

Em caso de venda de direitos preferenciais de assinatura e similares, o montante dos direitos subtrai o valor contábil dos respectivos ativos.

No fechamento do exercício são realizadas as correções de avaliação necessárias, sempre que houver evidência objetiva de que o valor de um ativo financeiro incluído nesta categoria tenha sido reduzido ao valor recuperável, cujo montante seja reconhecido na conta de resultados. A reversão da correção de avaliação é abonada na conta de resultados, exceto a correspondente aos instrumentos de patrimônio, cuja recuperação é registrada diretamente contra o patrimônio líquido.

No caso dos instrumentos de patrimônio, é realizada uma análise individual dos investimentos com a finalidade de determinar a existência ou não de redução ao valor recuperável quando o valor de mercado apresenta uma queda prolongada (18 meses) ou significativa (40%) em relação ao seu custo.

Determinação do Valor Justo:

O valor justo dos ativos financeiros é determinado mediante o uso de preços de mercado, sempre que as cotações disponíveis dos instrumentos possam ser consideradas como representativas por serem de publicação periódica nos sistemas de informação habituais, fornecidas por intermediários financeiros reconhecidos.

Estabelece-se uma hierarquia de valor justo em função das variáveis utilizadas, classificando as estimativas em três níveis:

- Nível 1: utilizam preços cotados sem ajustar em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a empresa pode ter acesso na data da avaliação.
- Nível 2: baseadas em preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares ou outras metodologias de avaliação em que todas as variáveis significativas se baseiam em dados observáveis de mercado direta ou indiretamente.
- Nível 3: em que alguma variável significativa não está baseada em dados de mercado observáveis.

Caso a avaliação pelo nível de mercado não possa ser realizada, será feita uma avaliação com modelos internos empregando, na medida do possível, dados públicos de mercado que reproduzam de maneira satisfatória a avaliação dos instrumentos cotados. Essa metodologia de avaliação é baseada na atualização dos fluxos futuros de instrumentos (determinados ou estimáveis) por meio da curva de desconto livre de risco. Dependendo das características próprias da emissão à que se refira e do seu emissor, um risco de crédito específico é atribuído, que é aplicável e terá valor econômico-financeiro diferente em cada fluxo a ser recebido.

Para as participações em fundos de investimento diferentes dos classificados em empresas do Grupo, o valor justo será o valor liquidativo do fundo na data da avaliação.

Dinheiro e outros ativos líquidos equivalentes

O numerário é composto pela caixa e pelos depósitos bancários à vista; os equivalentes de numerário correspondem aos investimentos no curto prazo de alta liquidez que podem ser facilmente convertidos em certos montantes de numerário, e que estão sujeitos a risco pouco relevante de alteração de valor.

Juros e dividendos recebidos de ativos financeiros

Os juros e dividendos de ativos financeiros recebidos após a aquisição são reconhecidos como receitas na conta de resultados. Os juros dos ativos financeiros avaliados no custo de amortizado são reconhecidos utilizando o método de taxa de juros efetiva, e os dividendos quando o direito a recebê-los é declarado.

Para isto, por ocasião da avaliação inicial dos ativos financeiros, o montante dos juros explícitos acumulados e não vencidos, bem como os dividendos pactuados quando da sua aquisição, são registrados de maneira independente.

Do mesmo modo, quando os dividendos distribuídos são provenientes de resultados produzidos antes da data de aquisição, devido à distribuição de montantes mais altos que os lucros gerados pela empresa investida a partir da aquisição, eles não são reconhecidos como receita e reduzem o valor contábil do investimento.

Baixa de ativos financeiros

A baixa dos ativos financeiros é realizada quando os direitos contratuais sobre os fluxos de numerário do ativo financeiro tiverem vencido ou forem transferidos, sendo transferidos substancialmente os riscos e lucros derivados de sua titularidade.

Em caso de baixa de um ativo financeiro, a diferença entre a contrapartida recebida líquida de custos de transação atribuíveis e o valor contabilizado do ativo financeiro, mais qualquer montante acumulado e diretamente reconhecido no patrimônio líquido, determina o lucro ou o prejuízo gerado e faz parte do resultado do exercício.

PASSIVOS FINANCEIROS

São registrados como passivos financeiros aqueles instrumentos emitidos, realizados ou assumidos que representam obrigação contratual direta ou indireta para a Sociedade, de acordo com sua realidade econômica de entregar numerário ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos financeiros com terceiros em condições desfavoráveis.

Os passivos financeiros são classificados como:

Passivos financeiros a custo de amortizado

Correspondem a débitos por operações comerciais e não comerciais.

Uma vez reconhecidos pelo seu valor justo (preço da transação ajustado pelos custos diretamente atribuíveis), eles são avaliados pelo seu custo de amortizado, e os juros registrados na conta de resultados aplicando o método de taxa de juros efetivos.

A avaliação inicial e a posterior dos débitos por operações comerciais com vencimento inferior a um ano e sem taxas de juros contratuais, bem como de desembolsos exigidos por terceiros e relativos a participações cujo montante está previsto para ser pago no curto prazo, são realizadas pelo seu valor nominal se o efeito da não atualização dos fluxos de numerário não for significativo.

Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é feita, de maneira total ou parcial, quando a obrigação inerente a eles tiver sido extinta. Também é feita a baixa de passivos financeiros próprios adquiridos quando houver intenção de realocação futura.

Em caso de troca de instrumentos de dívida cujas condições sejam substancialmente diferentes, a baixa do passivo original é registrada e o novo passivo é reconhecido.

É reconhecida na conta de resultados no exercício respectivo a diferença entre o valor contabilizado do passivo financeiro – ou de parte deste, cuja baixa tenha sido realizada – e a contrapartida paga, incluindo custos de transação atribuíveis e qualquer ativo cedido que seja diferente do numerário ou passivo assumido.

Em caso de troca de instrumentos de dívida cujas condições não sejam substancialmente diferentes, não é dada baixa do passivo original no balanço, e as comissões pagas são registradas como ajuste do seu valor contábil.

Instrumentos de patrimônio próprios

São classificados nesta categoria aqueles itens que demonstram participação residual nos ativos da Sociedade, depois que todos os seus passivos forem subtraídos.

As ações próprias são avaliadas pelo seu custo de aquisição e registradas no patrimônio líquido. As despesas derivadas da compra são registradas em relação ao patrimônio líquido como reservas menores.

Todas as transações realizadas com instrumentos de patrimônio próprios são registradas no patrimônio líquido como uma variação dos fundos próprios.

d) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros aplicando a taxa de câmbio existente na data da transação.

No fechamento do exercício, os saldos correspondentes a itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para euros pela taxa de câmbio na data em questão. Todas as diferenças do câmbio são atribuídas à conta de resultados, exceto em caso de ativos financeiros monetários classificados na categoria de valor justo com mudanças no patrimônio líquido, em que as diferenças de câmbio diferentes daquelas geradas em relação ao custo de amortizado são diretamente reconhecidas no patrimônio líquido.

Os itens não pecuniários avaliados pelo custo histórico são registrados, em geral, aplicando-se a taxa de câmbio existente na data da transação. Em caso de determinação do patrimônio líquido de uma empresa investida, corrigido pelas mais-valias tácitas existentes na data da avaliação, a taxa de câmbio do encerramento é aplicada ao patrimônio líquido e às mais-valias tácitas existentes nessa data.

Os itens não pecuniários avaliados pelo valor justo são registrados aplicando a taxa de câmbio na data de determinação do valor razoável, reconhecendo as perdas e lucros derivados da avaliação no patrimônio líquido ou nos resultados, dependendo do tipo de item.

Na apresentação da demonstração de fluxos de caixa, aqueles provenientes de transações em moeda estrangeira foram convertidos para euros, aplicando-se ao montante as taxas de câmbio nas datas da realização.

O efeito da variação das taxas de câmbio sobre o numerário e sobre outros ativos líquidos equivalentes em moeda estrangeira é apresentado à parte na demonstração de fluxos de caixa como "Efeito das variações de taxas de câmbio".

e) Imposto de renda

O imposto de renda tem a consideração de despesa do exercício, figurando como tal na conta de resultados, e compreende tanto a carga fiscal pelo imposto corrente como o efeito correspondente ao movimento dos impostos diferidos.

Apesar disso, o imposto de renda relacionado com itens cujas modificações em sua avaliação são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, é aplicado no patrimônio e não na conta consolidada de resultados, estando as alterações de avaliação contidas nesses itens líquidas de efeito tributário.

Os ativos ou passivos por imposto de renda corrente são avaliados pelas quantias previstas de serem recuperadas ou pagas, empregando a norma e as alíquotas vigentes ou aprovadas, a serem publicadas no encerramento do exercício.

A tributação realizada pela Sociedade é feita em regime de consolidação fiscal, sendo as despesas acumuladas por imposto de sociedades relativas às sociedades em regime de consolidação fiscal determinadas considerando também os parâmetros previstos em caso de tributação individual, a saber:

- Diferenças temporárias e permanentes produzidas em consequência das eliminações de resultados por operações entre sociedades do Grupo, derivadas do processo de determinação da base de cálculo consolidada.
- Deduções e benefícios fiscais correspondentes a cada sociedade do Grupo no regime de consolidação fiscal. Para esta finalidade, as deduções e benefícios serão alocados à sociedade que realizou a atividade ou obteve o rendimento necessário para adquirir o direito de dedução ou benefício fiscal.

As diferenças temporárias originadas por eliminações de resultados entre empresas do Grupo Fiscal são reconhecidas na sociedade que gerou o resultado e avaliadas pela taxa de cálculo aplicável a ela.

Da parte dos resultados fiscais negativos provenientes de algumas das sociedades do Grupo que foram compensados pelas demais sociedades do Grupo, surge um crédito e um débito recíproco entre as sociedades às quais correspondem e as sociedades que os compensam.

Desde o exercício de 2023 até 2025, o Grupo Fiscal deve determinar sua base tributável considerando as bases tributáveis positivas individuais e 50% das bases tributáveis negativas individuais das entidades integrantes do Grupo Fiscal. O montante das bases tributáveis negativas individuais não incluídas na base tributável do Grupo em cada exercício será incorporado, em partes iguais, nos 10 exercícios seguintes.

Em relação aos resultados fiscais negativos que não podem ser compensados pelas demais sociedades do Grupo, os créditos tributários que forem gerados pelas bases imponíveis de cálculo negativas compensáveis são reconhecidos como ativos por imposto diferido pelas sociedades às quais correspondam, considerando para sua recuperação o Grupo Fiscal como sujeito passivo.

As deduções e bonificações da parcela do imposto de renda afetarão o cálculo do imposto devido em cada sociedade pelo montante efetivo delas aplicável ao Grupo e não pelo montante que corresponderia a cada sociedade em regime de tributação individual.

A Sociedade, como empresa controladora do Grupo, registra o montante total a ser pago pelo Imposto de Sociedades consolidado, como créditos ou dívidas com empresas do Grupo e associadas, conforme corresponder.

Os impostos diferidos são registrados para as diferenças temporárias entre a base tributária dos ativos e passivos e seus valores contábeis existentes na data do balanço. É considerado base tributária de um item patrimonial o montante atribuído a este para fins fiscais.

O efeito de cálculo das diferenças temporárias é incluído nas rubricas correspondentes de “Ativos por impostos diferidos” e “Passivos por impostos diferidos” correspondentes, exceto nas exceções previstas na norma em vigor, se for o caso.

A Sociedade reconhece os ativos por imposto diferido para todas as diferenças temporárias que podem ser deduzidas, créditos tributários não utilizados e bases imponíveis negativas a serem compensadas na medida em que seja provável que a Sociedade ou o Grupo Fiscal tenha lucros fiscais futuros que permitam aplicar os ativos em questão.

Salvo prova em contrário, não se considera provável que a Sociedade disponha de ganhos fiscais futuros quando houver previsão de que sua recuperação futura ocorrerá em um prazo superior aos dez anos contados desde a data do fechamento do exercício.

A Sociedade reconhece os ativos por imposto diferido que não foram objetos de reconhecimento por exceder o prazo de recuperação dos dez anos, se o prazo de reversão futura não superar dez anos contados desde a data do fechamento do exercício ou quando houver diferenças temporárias tributáveis em quantia suficiente.

Os ativos e passivos por imposto diferido são avaliados de acordo com as taxas de tributação previstas nos exercícios a serem recuperados ou liquidados, respectivamente.

Os ativos e passivos por imposto diferido são reconhecidos no balanço como ativos ou passivos não correntes, independentemente da data esperada de realização ou liquidação.

Em dezembro de 2024, foi definitivamente aprovada a Lei que estabelece um imposto complementar aos grupos multinacionais e aos nacionais de grande magnitude (“Lei 7/2024 ou Lei de Imposto Complementar”) e que implementa na Espanha as normas do Pilar Dois. A Lei de Imposto Complementar se aplica ao Grupo Mapfre a partir de 1º de janeiro de 2024, de modo que as rendas obtidas pelas entidades do Grupo que estejam tributadas, em nível jurisdicional, a uma taxa tributária efetiva inferior à taxa mínima de 15% ficam sujeitas ao Imposto Complementar.

O Grupo Mapfre optou pela exceção de reconhecer e divulgar ativos e passivos por impostos diferidos derivados da aplicação do Imposto Complementar (regras do Pilar Dois).

A partir do exercício de 2022, o Grupo Fiscal ao qual a sociedade pertence deve calcular a parcela líquida mínima de acordo com o regulamentado no artigo 30-A da Lei 27/2014 para fins de determinação de seu Imposto de renda a ingressar. Nos exercícios 2025 e 2024, o Grupo Fiscal não foi afetado pela parcela líquida mínima.

f) Receitas e despesas

A posse de participações em sociedades do grupo e associadas é a atividade ordinária da Sociedade e pela qual obtém receitas de natureza periódica. Em aplicação do critério manifestado pelo Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas, em relação com a determinação do montante líquido do volume de negócios em sociedades holding (consulta número 2 do Boletim Oficial do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas número 79), os dividendos de empresas do grupo e associadas e os juros percebidos por empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas são incluídos como "Montante líquido do volume de negócios", assim como os honorários percebidos pela prestação de serviços a outras empresas do Grupo e o refaturamento de gastos comuns. Também, considera-se a seção "Redução ao valor recuperável e resultado por alienações de instrumentos de patrimônio em empresas do grupo e associadas" dentro do Resultado operacional.

As receitas derivadas de um contrato são reconhecidas à medida que ocorre a transferência ao cliente do controle sobre os bens ou serviços envolvidos.

As receitas derivadas dos compromissos (com caráter geral, de prestação de serviços) cumpridos ao longo do tempo, são reconhecidas em função do grau cumprimento das obrigações contratuais.

Quando, em data determinada, não seja possível medir razoavelmente o grau de cumprimento da obrigação, apenas são reconhecidas receitas e a correspondente contraprestação em um montante equivalente aos custos incorridos até essa data.

As receitas e despesas por juros são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

As receitas por dividendos são reconhecidas quando do estabelecimento do direito de receber a cobrança. Quando os dividendos procedem inequivocamente de reservas geradas antes da aquisição, o valor do investimento será ajustado.

g) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando houver uma obrigação legal ou implícita presente como resultado de um evento anterior, e existir a probabilidade de saída de recursos que incluam lucros futuros.

Na data de fechamento do exercício, elas são avaliadas pelo valor atual da maior estimativa possível do montante necessário para cancelar ou transferir a obrigação para um terceiro, registrando os ajustes resultantes da atualização da provisão como gasto financeiro conforme aplicadas.

A compensação a ser recebida de um terceiro quando da liquidação da obrigação não representa redução da dívida, desde que não existam dúvidas sobre o seu recebimento. O direito de cobrança é reconhecido no ativo cujo montante não deverá ultrapassar o montante da obrigação segundo registro contábil.

h) Despesas com pessoal

As retribuições aos funcionários podem ser a curto prazo, prestações depois do emprego, indenizações por cessação de funções, outras retribuições a médio e longo prazo, e pagamentos baseados em ações.

Retribuições a curto prazo

São contabilizadas de acordo com os serviços prestados pelos funcionários com base no exercício.

Benefícios após o emprego

Estão integradas fundamentalmente pelos regimes de contribuição definida, assim como pelo seguro de Vida com cobertura de falecimento entre 65 e 77 anos.

Planos de contribuição definida

São aqueles nos quais a Sociedade realiza contribuições de caráter predeterminado a uma entidade separada (seja uma entidade vinculada ou uma entidade externa ao Grupo), e não tem obrigação legal nem implícita de realizar contribuições adicionais no caso de existir uma insuficiência de ativos para atender aos benefícios. A obrigação se limita à contribuição determinada para ser entregue a um fundo, e o montante dos benefícios a receber pelos funcionários é determinado pelas contribuições realizadas mais o rendimento obtido pelos investimentos em que o fundo foi concretizado.

Regimes de prestação definida

São planos nos quais é estabelecido o benefício a ser recebido pelos funcionários no momento de sua aposentadoria, normalmente em função de fatores como a remuneração.

O passivo reconhecido no balanço por planos de pensões de benefício definido é igual ao valor atual da obrigação por benefícios definidos na data do balanço, subtraindo o valor razoável dos ativos respectivos do regime, se for o caso.

A obrigação por benefício definido é determinada separadamente para cada regime, utilizando o método de avaliação atuarial da unidade de crédito projetada.

As perdas e ganhos atuariais foram registrados em contas de patrimônio líquido.

As obrigações por regimes de prestação definida que permanecem no balanço correspondem exclusivamente ao pessoal passivo.

Indenizações por demissão

As indenizações por demissão são reconhecidas como um passivo e como um gasto quando existe um compromisso demonstrável de rescisão do vínculo trabalhista antes da data normal de aposentadoria do empregado, ou quando houver uma oferta para incentivar a rescisão voluntária dos contratos.

Outras retribuições a médio e longo prazo e pagamentos baseados em ações

O registro contábil de outras retribuições a longo prazo diferentes das descritas em parágrafos anteriores, especificamente o prêmio por antiguidade ou permanência na empresa, segue os princípios refletidos anteriormente, com exceção do custo dos serviços passados, que é reconhecido de forma imediata, sendo registrado, igualmente, como contrapartida, um passivo na rubrica "Provisões no longo prazo"; e as perdas e lucros atuariais, que são registradas na conta de resultados.

Planos de incentivos

No exercício de 2019, foi aprovado um plano de incentivos de médio prazo para determinados membros da equipe executiva da Mapfre em caráter extraordinário, não consolidável e plurianual, que foi ampliado de 1º de janeiro de 2019 até 31 de março de 2022, com diferimento no pagamento de parte dos incentivos no período de 2023-2025. O pagamento de incentivos está condicionado ao alcance de certos objetivos corporativos e específicos, bem como à permanência do executivo na Sociedade ou no Grupo. Será pago parcialmente em dinheiro (50%) e parcialmente pela entrega de ações da Mapfre S.A.. (50%), e está sujeito a cláusulas de redução ou recuperação.

Em 9 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Mapfre S.A.. aprovou um Plano de Incentivos, de caráter extraordinário e não consolidável, para o período 2022-2026 composto por três ciclos sobrepostos com um período de medição de objetivos de três anos de duração cada um. Este Plano está orientado a certos executivos e profissionais chave da Empresa e das empresas do Grupo, incluindo os Conselheiros executivos da Sociedade, e está sujeito ao cumprimento de objetivos estabelecidos no Plano estratégico do Grupo Mapfre, bem como à permanência do diretor na Sociedade ou no Grupo. Ele será pago parcialmente em dinheiro e mediante a entrega de ações da Mapfre S.A., e está sujeito a cláusulas de redução ou recuperação, bem como a períodos de retenção das ações.

Em 11 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Mapfre S.A. aprovou um Plano de Incentivos, de caráter extraordinário e não consolidável, para o período 2025-2029 composto por três ciclos sobrepostos com um período de medição de objetivos de três anos de duração cada um. Este novo Plano está orientado a determinados executivos e profissionais chave da Empresa e de empresas do Grupo, incluindo os Conselheiros executivos da Sociedade, e está sujeito ao cumprimento de objetivos estabelecidos no Plano estratégico do Grupo Mapfre, bem como à permanência do diretor na Sociedade ou no Grupo. Ele será pago parcialmente em dinheiro e mediante a entrega de ações da Mapfre S.A., e está sujeito a cláusulas de redução ou recuperação, bem como a períodos de retenção das ações.

No encerramento de cada exercício, realiza-se uma avaliação do cumprimento dos objetivos, registrando o montante apurado na conta de perdas e lucros com pagamento a uma conta de passivo.

Todos os anos, até a data de irrevogabilidade da concessão, é feito o ajuste do número de instrumentos de patrimônio incluídos na determinação do montante da transação. Após a data de irrevogabilidade da concessão, não são efetuados ajustes adicionais.

Planos de Remuneração em Ações

Nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 foram implementados Planos de Remuneração em Ações da Mapfre S.A. para funcionários na Espanha, cuja execução será efetiva no exercício seguinte. Estes Planos não abrangem a entrega de ações adicionais gratuitamente.

As transações derivadas de cada Plano são avaliadas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio cedidos na data do acordo de concessão.

A Sociedade mensalmente, e durante o período de entrega de ações, cancela as ações em tesouraria entregues, registrando a diferença em relação ao valor das ações entregues em reservas voluntárias.

i) Transações com partes vinculadas

As transações com partes vinculadas relacionadas ao tráfego normal da Sociedade são feitas nas condições do mercado e registradas de acordo com a avaliação descrita acima.

5. Imobilizado material

O quadro a seguir detalha os movimentos desta rubrica que foram produzidos nos dois últimos exercícios:

ITENS	SALDO INICIAL		ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Terrenos	4.021	4.021	—	—	—	—	4.021	4.021
Construções	9.433	9.433	—	—	—	—	9.433	9.433
Instalações técnicas e outros imobilizado em andamento e adiantamentos	7.815	7.605	531	212	(30)	(2)	8.316	7.815
	3	—	156	3	(4)	—	155	3
TOTAL CUSTO	21.272	21.059	687	215	(34)	(2)	21.925	21.272
Amortização acumulada	(8.638)	(8.091)	(566)	(547)	—	—	(9.204)	(8.638)
TOTAL LÍQUIDO	12.634	12.968	121	(332)	(34)	(2)	12.721	12.634

Milhares de euros

As principais entradas produzidas nos dois exercícios correspondem aos desembolsos realizados pelas melhorias do imobilizado material.

A amortização dos elementos do imobilizado material é calculada linearmente em função da sua vida útil.

Os coeficientes de amortização aplicados por grupos de elementos são detalhados a seguir:

GRUPOS DE ELEMENTOS	% DE AMORTIZAÇÃO
Edifícios	2
Elementos de transporte	16
Mobiliário e instalações	10
Equipamentos para processamento de informação	25

Nos dois últimos exercícios, não existem elementos do imobilizado material adquiridos de empresas do Grupo ou de associadas.

Não existem elementos de imobilizado material situados fora do território espanhol.

No fechamento dos dois últimos exercícios, não existem bens totalmente amortizados em uso.

Não existem itens do imobilizado material com compromissos firmes de compra ou venda.

A Sociedade possui assinatura de apólices de seguros que cobrem o valor líquido contábil do imobilizado material.

6. Imobilizado intangível

O quadro a seguir detalha os movimentos desta rubrica que foram produzidos nos dois últimos exercícios:

ITENS	SALDO INICIAL		ENTRADAS		SAÍDAS		SALDO FINAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Aplicativos de informática	2.246	2.226	5	20	—	—	2.251	2.246
TOTAL CUSTO	2.246	2.226	5	20	—	—	2.251	2.246
Amortização acumulada	(2.228)	(1.936)	(8)	(292)	—	—	(2.236)	(2.228)
TOTAL LÍQUIDO	18	290	(3)	(272)	—	—	15	18

Milhares de euros

As principais entradas produzidas no exercício correspondem aos desembolsos realizados pelo desenvolvimento dos aplicativos de informática atuais e pela compra de novas licenças.

O coeficiente anual de amortização é de 33%.

Não existem elementos do imobilizado intangível adquiridos de empresas do Grupo nos dois últimos exercícios.

Não existe imobilizado intangível fora do território espanhol.

Não existem compromissos para a aquisição ou venda do ativo intangível nos dois últimos exercícios.

Ao encerramento dos dois últimos exercícios, existem bens em uso totalmente amortizados no valor de 2,227 milhões de euros em 2025 (1,891 milhões de euros em 2024).

7. Arrendamentos

Locação operacional

A Sociedade é locatária em um contrato de locações operacionais de um edifício, com um ano de duração e prorrogável por períodos de um ano, caso nenhuma das partes manifeste à outra sua decisão de rescindi-lo com dois meses de antecedência. Para o locatário, não há nenhuma restrição com respeito à contratação desses arrendamentos.

Os pagamentos mínimos futuros a serem realizados até o vencimento, relativos a locações operacionais não canceláveis, totalizam 3,476 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (3,545 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

As despesas com locações registradas nos exercícios 2025 e 2024 totalizam 3,385 milhões de euros e 3,452 milhões de euros, respectivamente.

8. Instrumentos financeiros

Informação relacionada ao balanço

No quadro a seguir, está refletido o valor contábil dos ativos financeiros registrados nos dois últimos exercícios, exceto saldos com Administrações Públicas.

Ativos financeiros

A.- Ativos financeiros a longo prazo								
Classe	Instrumentos de patrimônio		Valores representativos de dívida		Créditos empresas do grupo e créditos a terceiros		Total	
Categoria	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Activos financieros a coste amortizado	—	—	—	—	4.951	4.912	4.951	4.912
Ativos a valor justo com mudanças no patrimônio líquido	69.456	58.625	9.554	9.970	—	—	79.010	68.595
TOTAL A	69.456	58.625	9.554	9.970	4.951	4.912	83.961	73.507
B.- Ativos financeiros a curto prazo								
Classe	Instrumentos de patrimônio		Valores representativos de dívida		Créditos empresas do grupo e créditos a terceiros		Total	
Categoria	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Activos a valor razonable con mudanças no patrimônio líquido	—	—	64	64	—	—	64	64
Ativos financeiros a custo de amortizado	—	—	—	—	99.835	104.347	99.835	104.347
TOTAL B	—	—	64	64	99.835	104.347	99.899	104.411
TOTAL A + B	69.456	58.625	9.618	10.034	104.786	109.259	183.860	177.918

Milhares de euros

Passivos financeiros

A seguir, é detalhado o valor contábil dos passivos financeiros correspondentes aos dois últimos exercícios, excetuando impostos e saldos com as Administrações Públicas.

A.- Passivos financeiros no longo prazo								
Classe	Dívidas com entidades de crédito		Obrigações e outros valores negociáveis		Dívidas empresas do grupo e credores comerciais		Total	
Categoria	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros a custo amortizado ou custo	—	85.000	1.594.746	2.449.543	—	—	1.594.746	2.534.543
TOTAL A	—	85.000	1.594.746	2.449.543	—	—	1.594.746	2.534.543

B.- Passivos financeiros a curto prazo								
Classe	Dívidas com entidades de crédito		Obrigações e outros valores negociáveis		Dívidas empresas do grupo e credores comerciais		Total	
Categoria	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros a custo amortizado ou custo	—	30	902.239	45.220	491.752	252.807	1.393.991	298.057
TOTAL B	—	30	902.239	45.220	491.752	252.807	1.393.991	298.057
TOTAL A + B	—	85.030	2.496.985	2.494.763	491.752	252.807	2.988.737	2.832.600

Milhares de euros

Os limites das linhas de crédito dos dois últimos exercícios em 31 de dezembro são descritos a seguir.

Banco	Vencimento	Limite		Disposto	
		2025	2024	2025	2024
Banco Santander	03/10/2030	500.000	500.000	—	85.000
Mapfre Internacional	09/05/2026	350.000	350.000	194.500	—
TOTAL		850.000	850.000	194.500	85.000

Milhares de euros

O Banco Santander é o banco agente da linha de crédito no valor de 500 milhões de euros (500 milhões de euros no ano de 2024), que corresponde a um crédito sindicalizado com outras entidades e gera juros referenciados a variáveis de mercado. No exercício de 2025, foi prorrogado o contrato por um período adicional de um ano, que, conseqüentemente, se encerrará em 3 de outubro de 2030, inicialmente, podendo ser prorrogado por até dois períodos sucessivos, mediante solicitação expressa do acreditado. Destaca-se que é um financiamento sustentável, vinculando seus juros também a parâmetros de sustentabilidade do Grupo.

Os juros auferidos desse crédito durante o exercício totalizam 3,376 milhões de euros (5,726 milhões de euros em 2024).

Em setembro de 2024, venceu e não foi prorrogada a linha de crédito no montante de 400 milhões de euros concedida por Cartera Mapfre S.L.U.

Em 9 de maio de 2024, foi concedida uma linha de crédito bilateral entre Mapfre S.A. e Mapfre Internacional S.A., no valor de 350 milhões de euros e prorrogável por períodos anuais sucessivos. Essa linha de crédito rende juros variáveis referenciados ao euribor trimestral mais um diferencial de 0,6% (1,5% em 2024).

Informações relativas à conta de resultados e ao patrimônio líquido

O quadro a seguir reproduz informações relacionadas com a conta de resultados e o patrimônio líquido dos instrumentos financeiros nos dois últimos exercícios:

ITENS	Receitas ou despesas		Redução ao valor recuperável ou alienação			
	financeiros		Perda registrada		Lucros por reversão	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros						
Instrumentos de patrimônio	631.369	647.238	(33.542)	(3.616)	1.922	14.727
Ativos financeiros a custo de amortizado	16	7	—	—	—	—
Outros ativos financeiros	4.511	3.999	—	—	—	—
Por redução ao valor recuperável e resultado de alienação de instrumentos financeiros	—	1.369	(6)	—	—	—
Diferenças de câmbio	(41)	(2)	—	—	—	—
Subtotal	635.855	652.611	(33.548)	(3.616)	1.922	14.727
Passivos financeiros						
Passivos financeiros a custo de amortizado	(1.224)	(4.530)	—	—	—	—
Dívidas com terceiros	(81.640)	(85.880)	—	—	—	—
Por atualização de provisões	(179)	(182)	—	—	—	—
Subtotal	(83.043)	(90.592)	—	—	—	—
TOTAL	552.812	562.019	(33.548)	(3.616)	1.922	14.727

Milhares de euros

Valor justo

O processo de avaliação dos ativos financeiros é formado pelo descrito a seguir.

- No momento da aquisição é decidida a carteira à que é atribuída (ativos a valor justo com mudanças em perdas e lucros, ativos financeiros a custo de amortizado, ativos financeiros a custo ou ativos financeiros a valor justo com mudanças em patrimônio líquido), em função das características e do modelo de negócio.
- Dependendo da natureza contábil das carteiras, é feita a avaliação a valor de mercado, sendo os métodos de avaliação os descritos na Nota 4.c. "Instrumentos financeiros" (Nível 1, Nível 2 e Nível 3).

A política de avaliação é decidida no momento da aquisição e é revisada com periodicidade anual.

Com relação à sensibilidade da avaliação a um justo valor, mudanças nas variáveis não observáveis utilizadas nas avaliações individuais mencionadas não modificariam de forma significativa o valor justo obtido.

As transferências entre Níveis são decididas com base em cotações periódicas de controle e verificação de cotações:

- Se a fonte de cotação de um ativo deixar de ser representativa, ela passa do Nível 1 para o Nível 2.
- Em caso de constatação de uma fonte de cotação justa, os ativos dos Níveis 2 e 3 são transferidos para o Nível 1.
- Os ativos são transferidos para o Nível 3 quando algumas das variáveis significativas não estão baseadas em dados de mercados observáveis.

Ativos financeiros a custo de amortizado

A seguir, são detalhados os investimentos afetados à carteira de ativos financeiros a custo de amortizado:

Conceito	Ativos financeiros a custo de amortizado					
	Valor contábil (custo de amortizado)		Valor justo		Total	
	2025	2024	Nível 2. Dados observáveis 2025	2024	2025	2024
Créditos a l/p	4.951	4.912	4.951	4.912	4.951	4.912
Créditos a c/p	1.015	1.239	1.015	1.239	1.015	1.239
Créditos Grupo c/p	98.820	103.108	98.820	103.108	98.820	103.108
TOTAL	104.786	109.259	104.786	109.259	104.786	109.259

Milhares de euros

Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio

A seguir, são detalhados os investimentos afetados à carteira de ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio:

Conceito	Ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio							
	Valor contábil (valor justo)		Nível 2. Dados observáveis		Nível 3. Outras avaliações		Total	
	Nível 1. Valor de cotação 2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Instrumentos de patrimônio. Ações	—	—	—	—	64.537	53.347	64.537	53.347
Instrumentos de patrimônio. Ágios	—	—	—	—	4.919	5.278	4.919	5.278
Valores representativos de dívida	9.618	—	—	10.034	—	—	9.618	10.034
TOTAL	9.618	—	—	10.034	69.456	58.625	79.074	68.659

Milhares de euros

A seguir, apresenta-se uma conciliação dos saldos do exercício para os ativos financeiros a valor justo com mudanças no patrimônio classificados em Nível 3.

Conceito	Instrumentos de patrimônio e fundos de investimento	
	2025	2024
Saldo inicial	58.625	52.586
Compras	5.247	3.958
Vendas	(27)	(401)
Outros	5.611	2.482
Saldo final	69.456	58.625

Milhares de euros

Para o exercício de 2025, a variação refletida em "Compras" deve-se principalmente a:

- Aquisição de 16,67% da companhia Blue Marble Micro Limited, no valor de 2,603 milhões de euros.
- Aumento de capital da Abante Asesores S.A. no valor de 2,629 milhões de euros.

No exercício de 2024, a variação refletida em "Compras" deve-se principalmente a:

- Capitalização do empréstimo conversível que foi concedido à Aplicaciones Salud, S.L. em 2022, pelo valor do principal e dos juros acumulados até 23 de abril de 2024, nos montantes de 2 milhões de euros e 67 mil euros, respectivamente.
- Aumento de capital da Abante Asesores S.A. no valor de 1,877 milhão de euros.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a variação refletida em "Outros" deve-se principalmente às mudanças de valor dos instrumentos patrimoniais e fundos de investimento.

Ativos financeiros a custo

A seguir, são detalhados os investimentos afetados à carteira de Ativos financeiros a custo:

Conceito	Ativos financeiros a custo					
	Valor contábil		Valor justo			
	(custo)		Nível 3. Outras avaliações		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Investimentos em empresas do grupo	10.161.015	10.170.668	10.161.015	10.170.668	10.161.015	10.170.668
TOTAL	10.161.015	10.170.668	10.161.015	10.170.668	10.161.015	10.170.668

Milhares de euros

A seguir, apresenta-se uma conciliação dos saldos do exercício para os ativos financeiros a custo classificados em Nível 3.

Conceito	Instrumentos de patrimônio	
	2025	2024
Saldo inicial	10.170.668	10.152.721
Compras	22.329	7.876
Vendas	(362)	(6)
Perdas e lucros	(31.620)	11.111
Outros	—	(1.034)
Saldo final	10.161.015	10.170.668

Milhares de euros

As perdas e lucros registrados por instrumentos de patrimônio correspondem aos movimentos de correções de avaliação em empresas do Grupo e associadas, e na carteira de ativos a valor justo com mudanças no patrimônio líquido, conforme descrito a seguir:

Denominação	(Redução ao valor recuperável) Reversão exercício 2025	(Redução ao valor recuperável) Reversão exercício 2024
Mapfre Inmuebles	1.332	(1.932)
Mapfre Asistencia	(15.356)	14.727
Desurcic	(2)	(1)
Alma Mundi Insurtech Fund I Fcre	(4.933)	—
Alma Mundi Insurtech Fund li Fcre	(2.994)	(550)
Meag Eur Office S Eos Scsp Sicav Raif	590	(1.133)
Santander Mapfre Hipoteca Inversa	(10.254)	—
Outros Ativos Financeiros	(3)	—
TOTAL	(31.620)	11.111

Milhares de euros

Os dividendos e outras receitas acumuladas provenientes de financiamentos concedidos a sociedades participantes fazem parte do conceito "Montante líquido dos valores de negócios", conforme definido na nota 4.f.

Empresas do Grupo e associadas

No Anexo 1 do histórico se encontra o detalhamento das sociedades do Grupo e associadas com participação direta nos dois últimos exercícios.

Os resultados das sociedades incluídas no anexo mencionado correspondem em sua totalidade a operações continuadas.

As notificações correspondentes foram realizadas às sociedades participantes, em conformidade com o artigo 155 do Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital, conforme o caso.

As principais operações realizadas com empresas do Grupo e associadas nos dois últimos exercícios estão descritas na nota 18 do presente histórico.

Os acionistas minoritários da filial Mapfre Re têm uma opção de venda sobre suas ações nessa entidade. Em caso do seu exercício, a Mapfre ou uma entidade do Grupo Mapfre deverá adquirir as ações do acionista minoritário interessado em vender. O preço de compra das ações será o resultante da aplicação das fórmulas pactuadas previamente em cada caso. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, levando em consideração as variáveis incluídas na fórmula citada, o compromisso assumido pelo Grupo, em caso de exercício dessa opção, totalizaria um montante aproximado de 160,5 e 142,7 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de manobra da Sociedade é negativo pelo montante de 1,047774 bilhão de euros (6,767 milhões de euros em 2024) motivado principalmente pelo financiamento recebido de entidades do Grupo e pelo vencimento das obrigações emitidas em 2016. No entanto, tem garantida o financiamento de seus passivos e necessidades de liquidez através do apoio financeiro que recebe do próprio Grupo, dos dividendos previstos receber em 2026, dos limites disponíveis das linhas de crédito, bem como de duas emissões que serão realizadas em 2026.

Risco de instrumentos financeiros

Os riscos de crédito e de mercado são administrados de modo centralizado por intermédio da Área de Investimentos do Grupo Mapfre, que aplica uma política de investimentos prudente para reduzir a exposição a esse tipo de risco.

A Sociedade realiza o gerenciamento da liquidez, mantendo saldos de ativos correntes, bem como linhas de crédito suficientes para cobrir qualquer eventualidade originada pelas suas obrigações, contando ainda com o suporte do Grupo para operações de financiamento, caso seja necessário dispor de liquidez adicional.

Nos dois últimos exercícios, não existem montantes significativos relativos a ativos financeiros expostos ao risco de taxa de juros.

Em relação ao risco de crédito, a política é baseada na manutenção de uma carteira diversificada composta de valores selecionados prudentemente com base na solvência do emissor. Os investimentos de renda fixa e renda variável estão sujeitos a limites por emissor.

Risco de crédito

A seguir, detalha-se para os dois últimos exercícios a qualificação de crédito dos emissores de valores de renda fixa e entidades em que a sociedade tem posições de tesouraria.

Qualificação creditícia dos emissores	Valor contábil			
	Ativos a valor justo com mudanças no Patrimônio líquido		Tesouraria	
	2025	2024	2025	2024
A	—	—	38.160	20.053
BBB	—	10.034	—	—
Total	—	10.034	38.160	20.053

Milhares de euros

Risco de mercado

No quadro a seguir, são detalhadas as informações significativas dos dois últimos exercícios relativas ao nível de exposição ao risco de taxa de juro dos ativos e passivos financeiros:

Conceito	Montante do ativo exposto ao risco					
	Taxa de juros fixos		Não exposto ao risco		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
A custo de amortizado	—	—	104.786	109.259	104.786	109.259
Valor justo com mudanças em patrimônio	—	10.034	69.456	58.625	69.456	68.659
Total	—	10.034	174.242	167.884	174.242	177.918

Milhares de euros

Conceito	Montante do passivo exposto ao risco					
	Taxa de juros fixos		Não exposto ao risco		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Emissão de obrigações e outros valores negociáveis	2.496.985	2.494.763	—	—	2.496.985	2.494.763
Dívidas com empresas do grupo e outros credores comerciais	—	—	491.752	252.807	491.752	252.807
Dívidas com entidades de crédito	—	—	—	85.030	—	85.030
Total	2.496.985	2.494.763	491.752	337.837	2.988.737	2.832.600

Milhares de euros

Todos os montantes correspondentes aos ativos e passivos financeiros são indicados em euros, exceto participações em entidades localizadas no exterior.

Risco de liquidez

O detalhamento dos dois últimos exercícios dos vencimentos dos passivos financeiros é o seguinte:

Exercício 2025

ITENS	Vencimento em						Saldo
	2026	2027	2028	2029	2030	Posteriores	final
Passivos Financeiros							
Obrigações e outros valores negociáveis	932.481	661.250	535.000	14.375	514.375	—	2.657.481
Dívidas com entidades de crédito	—	—	—	—	—	—	—
Outros passivos financeiros	327.267	—	—	—	—	168.965	496.232
Total Passivos Financeiros	1.259.748	661.250	535.000	14.375	514.375	168.965	3.153.713

Milhares de euros

Exercício 2024

ITENS	Vencimento em						Saldo
	2025	2026	2027	2028	2029	Posteriores	final
Passivos Financeiros							
Obrigações e outros valores negociáveis	75.181	932.481	661.250	535.000	14.375	514.375	2.732.662
Dívidas com entidades de crédito	2.653	2.653	2.653	2.653	87.653	—	98.264
Outros passivos financeiros	82.951	—	—	—	—	168.034	250.985
Total Passivos Financeiros	160.785	935.134	663.903	537.653	102.028	682.409	3.081.912

Milhares de euros

9. Fundos próprios**CAPITAL SOCIAL**

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é representado por 3.079.553.273 ações de 0,10 euros de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e desembolsadas. Todas as ações conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.

Todas as ações representativas do capital social da Sociedade foram admitidas para negociação oficial no Mercado de Valores Espanhol.

A Assembleia Geral de acionistas autorizou, em 10 de março de 2023, o Conselho de Administração da Sociedade a realizar uma ampliação de capital até no máximo 153.977.663,65 euros, equivalente a 50% do capital social nesse momento. Essa autorização tem um período de duração de cinco anos. Da mesma forma, o Conselho de Administração foi autorizado para a emissão de obrigações ou valores de renda fixa de natureza análoga, convertíveis por um valor máximo de 2 bilhões de euros.

A participação direta nos dois últimos exercícios de Cartera Mapfre na Sociedade totaliza 69,69% do capital.

PRÊMIO DE EMISSÃO

Esta reserva é de livre escolha e corresponde às verbas realizadas como resultado das ampliações de capital descritas a seguir.

DATA	TIPO DE EMISSÃO	MONTANTE
Junho de 1985	200%	956
Outubro de 1985	300%	4.015
Janeiro de 1986	600%	11.040
Junho de 1986	600%	2.428
Janeiro de 2007	3.192%	3.320.281
TOTAL		3.338.720

Milhares de euros

RESERVA LEGAL

A reserva legal, cujo montante no fechamento chegou a 61.591.065 euros nos dois últimos exercícios, não é distribuída aos acionistas, exceto em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada apenas para compensar prejuízos eventuais.

AÇÕES E PARTICIPAÇÕES NO PATRIMÔNIO PRÓPRIAS

As operações de compra e venda de ações da Mapfre S.A. cumprem as normas em vigor, os acordos adotados pela Assembleia Geral de acionistas e a Política de Ações em Tesouraria do Grupo Mapfre, que regulamenta as medidas relativas a transações com ações da própria Sociedade.

Durante o exercício 2025, adquiriram-se no mercado um total de 10.000.000 de ações próprias, com um montante total de 40.200.796,28 euros. Essa operação foi realizada com o objetivo de garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade, assegurando a entrega das ações destinadas aos empregados.

No exercício de 2025, foram entregues a executivos de filiais 12.522 ações (29.727 ações em 2024), com um impacto positivo de 7.493,16 euros (1.177,20 euros negativos em 2024) que se encontra incluído na epígrafe "Outras Reservas".

Da mesma forma, em 2025, procedeu-se à entrega de 4.261.352 ações como parte do Plano de Incentivos correspondente ao ciclo 2022-2024, em reconhecimento ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do Grupo Mapfre, registrando-se um impacto positivo de 3.427.525,88 euros.

Também foram entregues 2.234.312 ações (2.899.347 ações em 2024) do Plano de Remunerações em Ações da Mapfre S.A., descrito em "Normas de Avaliação" Nota 4.h., com um impacto positivo de 2.260.470,52 euros (380.547,66 euros positivos em 2024), que foram incluídos na epígrafe "Outras reservas".

Ao encerramento do exercício, a Sociedade possui 15.691.838 ações próprias (12.200.024 em 2024), o que representa 0,5095% do capital (0,3962% em 2024), a um preço médio de 3,30 euros (2,09 euros em 2024).

O valor nominal das ações próprias totaliza 1.569.184 euros (1.220.002 em 2024).

10. Obrigações

A. Obrigações subordinadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta conta registra o valor nominal das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade e representadas por meio de registros contábeis. Os termos e condições mais relevantes são descritos a seguir:

Descrição	Valor nominal	Valor contábil		Valor justo		Juros em aberto		Data vencimento	Cupom	Mercado	Classificações
		2025	2024	2025	2024	2025	2024				
Emissão abril de 2022	500.000	496.256	495.448	490.290	485.000	10.319	10.319	13/4/2030	2,88%	AIAF	BBB
Emissão setembro de 2018	500.000	498.873	498.484	512.560	508.000	6.498	6.498	7/9/2048	4,13%	AIAF	BBB
Emissão em março de 2017	600.000	599.617	599.324	611.562	612.000	19.777	19.777	31/3/2047	4,38%	AIAF	BBB+
TOTAL	1.600.000	1.594.746	1.593.256	1.614.412	1.605.000	36.594	36.594				

Milhares de euros

A seguir, são detalhadas as condições mais relevantes das obrigações subordinadas:

Emissão abril de 2022

As obrigações desta emissão geram um cupom fixo de 2,875% ao ano, cujo pagamento poderá ser diferido em determinadas circunstâncias.

Os títulos regem-se pelo Direito espanhol, sendo admitidas a negociação em AIAF Mercado de Renda Fixa. As obrigações são computadas como fundos próprios de nível 3 (tier 3 instruments) da Mapfre e seu grupo consolidável de acordo com o regulamento de solvência aplicável.

Emissão setembro de 2018

Esta emissão contempla uma primeira opção de amortização em 7 de setembro de 2028, sendo os juros a pagar a partir desta data até 2048 o euribor a três meses mais 4,30% pagos anualmente.

Emissão em março de 2017

Esta emissão contempla uma primeira opção de amortização em 31 de março de 2027, sendo os juros a pagar a partir desta data até 2047 euribor a três meses mais 4,54% pagos anualmente.

Nas obrigações dos exercícios 2017, 2018 e 2022, o emissor estará obrigado a diferir o pagamento de juros, caso exista descumprimento do Capital de Solvência Obrigatório ou do Capital Mínimo Obrigatório, ou então proibição de realização de pagamento de juros, de parte do Regulador Relevante, ou incapacidade do emissor de cumprir com os passivos vencidos e exigíveis.

Amortização será realizada em casos especiais, por reforma ou modificação das normas fiscais, por falta de aplicação como recursos próprios do emissor e por mudança de tratamento outorgado pelas Agências de Qualificação de Crédito.

B. Obrigações simples

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta conta registra o valor nominal das obrigações simples emitidas pela Sociedade e representadas por meio de registros contábeis. Os termos e condições mais relevantes são descritos a seguir:

Descrição	Valor nominal	Valor contábil		Valor justo		Juros em aberto		Data vencimento	Cupom	Mercado	Classificações
		2025	2024	2025	2024	2025	2024				
Emissão abril de 2016	857.300	857.019	856.287	854.711	846.155	8.626	8.626	19/5/2026	1,63%	AIAF	A-
TOTAL	857.300	857.019	856.287	854.711	846.155	8.626	8.626				

Milhares de euros

Emissão setembro de 2016

Em 19 de maio de 2016, a Mapfre estabeleceu os termos de uma emissão de obrigações simples pelo valor nominal de 1.000.000 de euros que foram parcialmente amortizadas em 15 de dezembro de 2021 (1.427 obrigações) pelo montante nominal agregado de 142.700.000 euros. Esta emissão tem uma data de vencimento de 19 de maio de 2026 e gera um cupom fixo de 1,63% a pagar anualmente.

11. Moeda estrangeira

No fechamento dos dois últimos exercícios, não existiam montantes significativos de itens de ativo e passivo denominados em moeda estrangeira.

12. Situação fiscal

Desde o exercício de 1985, a Sociedade encontra-se incluída no Grupo Fiscal número 9/85 para fins do Imposto de Sociedades, sendo esse Grupo composto pela Sociedade e aquelas suas sociedades filiais que preenchem os requisitos para adotar esse regime tributário.

Em 2025, fazem parte do Grupo Fiscal nº 9/85 as seguintes sociedades:

Sociedades que fazem parte do Grupo Fiscal número 9/85

Mapfre S.A.
Mapfre Re, Compañía Internacional De Reaseguros S.A.
Mapfre Inmuebles S.G.A.
Desarrollos Urbanos Cic S.A.
Servicios Inmobiliarios Mapfre S.A.
Mapfre Asistencia, Cia. Internacional De Seguros S.A.
Mawdy Digital Assistance Services, S.A.
Mapfre Internacional S.A.
Mapfre Vida Cia De Seguros Y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.
Mapfre Inversión S.V.S.A.
Mapfre Asset Management S.G.I.I.C.S.A.
Mapfre Vida Pensiones S.G.F.P. S.A.
Consultora Actuarial Y De Pensiones, Mapfre Vida S.A.
Gestión Moda Shopping S.A.
Miraceti S.A.
Mapfre España S.A.
Multiservicios Mapfre S.A.
Mapfre Tech S.A.
Gestión De Centros Médicos Mapfre S.A.U.
Centro De Experimentación Y Seguridad Vial Mapfre S.A.
Club Mapfre S.A.
Mapfre Automoción S.A.
Verti Aseguradora Cia De Seguros Y Reaseguros S.A.
Medisemap Agencia De Seguros S.L.
Funespaña S.A.
Servicios Funerarios Funemadrid S.A.
All Funeral Services S.L.
Funerarias Reunidas El Bierzo S.A.
Salud Digital Mapfre S.A.
Mapfre Global Risks Agencia De Suscripción S.A.U.
Risk Med Solutions S.A.
Funeraria Alianza Canaria S.L.U.
Enalta Servicios Funerarios, S.L.U.
Pompas Funebres Domingo S.L.
Mapar Imperial 14 S.L.
Cementerio Parque Andujar S.A.

A conciliação do resultado contábil com a base de cálculo do Imposto de Sociedades dos dois últimos exercícios é descrita a seguir.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL COM A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE SOCIEDADES				
Conceito	Conta de resultados		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024
Saldo de receitas e despesas do exercício	444.325	509.612	444.325	509.612
Imposto de sociedades	(41.442)	(44.755)	(41.442)	(44.755)
Diferenças permanentes	(571.259)	(627.790)	(571.259)	(627.790)
Diferenças temporárias:				
- originadas no exercício	35.133	27.144	35.133	27.144
- originadas em exercícios anteriores	(8.014)	(2.428)	(8.014)	(2.428)
Base de cálculo individual (resultado tributário)	(141.257)	(138.217)	(141.257)	(138.217)
Diferenças permanentes por consolidação tributária	(698)	(1.044)	(698)	(1.044)
Recuperação de perda fiscal aplicada até o exercício de 2012 (DT 16ª LIS)	(4.685)	—	(4.685)	—
50% Base Imponível Negativa Individual a ser compensada nos próximos 10 anos	70.629	69.109	70.629	69.109
Incorporação da décima parte de 50% da Base Tributável Negativa Individual de períodos anteriores não integrada	(13.863)	(7.128)	(13.863)	(7.128)
Base de cálculo individual após consolidação	(89.874)	(77.280)	(89.874)	(77.280)

Milhares de euros

Os aumentos e decréscimos correspondentes aos dois últimos exercícios:

O montante dos aumentos por diferenças permanentes com origem na Demonstração de Resultados corresponde a despesas que não são dedutíveis fiscalmente, entre outras, multas e sanções, doações e contribuições realizadas a Programas de apoio a acontecimentos de exceção de interesse público abrangidos pela Lei 49/2002, correções de valor de instrumentos patrimoniais (participações em empresas do Grupo e associadas) registradas contabilmente e à perda fiscal na venda de participações qualificadas.

O montante das reduções por diferenças permanentes com origem na Demonstração de Resultados corresponde a dividendos fiscalmente isentos e à reversão contábil das correções de valor de instrumentos patrimoniais que não foram dedutíveis no momento de sua constituição. Ademais, tais valores correspondem a dividendos que possuem a qualificação de menor valor fiscal da participação, nos termos da Disposição Transitória 23ª.

Os aumentos por diferenças temporárias originadas no exercício na conta de resultados correspondem, basicamente, a compromissos com pensões, outras obrigações assumidas com o pessoal e outras provisões de despesas que não são consideradas fiscalmente dedutíveis no exercício, assim como a recuperação por terceiros de perdas por imparidade que foram fiscalmente dedutíveis até 31 de dezembro de 2012.

As reduções por diferenças temporárias com origem em exercícios anteriores na Demonstração de Resultados decorrem, basicamente, da reversão de ajustes relativos a compromissos com pensões, da utilização de provisões relativas a outras obrigações assumidas com o pessoal e da utilização de provisões de despesas que não foram dedutíveis no exercício em que foram registradas.

Nos exercícios de 2025 e 2024, o Grupo Fiscal determinou sua base tributável considerando as bases tributáveis positivas individuais e 50% das bases tributáveis negativas individuais das entidades integrantes do Grupo Fiscal. Em consequência, a base de cálculo negativa gerada pela sociedade no exercício de 2025 somente pode ser compensada pelo Grupo Fiscal em 50%, permanecendo um montante pendente de compensação de 70,629 bilhões de euros (67,355 milhares de euros em 2024, sendo que 69,109 bilhões de euros constaram na estimativa da despesa com imposto registrada ao encerramento de 2024). Essas bases tributáveis negativas individuais não incluídas na base tributável do Grupo nos exercícios de 2025 e 2024 serão incorporadas, respectivamente, a partir dos exercícios de 2026 e 2025, em décimas partes, tendo sido incorporados 6,733 milhões de euros de 2024 em 2025. Do mesmo modo, integra-se a décima parte de 50% da base de cálculo negativa individual não incluída na base de cálculo do Grupo no exercício de 2023, integrando-se 7,129 milhões de euros em 2025 e 2024.

A seguir, detalham-se, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais componentes da despesa com imposto sobre o lucro das operações continuadas e a conciliação entre a despesa com imposto sobre o lucro e o resultado obtido pela aplicação da alíquota tributária ao lucro contábil.

Conceito	Montante	
	2025	2024
Despesa por imposto		
Resultado antes de impostos de operações continuadas	402.883	464.857
25% do resultado antes de impostos de operações continuadas	(100.721)	(116.214)
Efeito fiscal das diferenças permanentes	142.815	156.948
Incentivos fiscais do exercício	1.878	5.061
Imposto mínimo global	(3.174)	(4.456)
Total (despesa)/receita por imposto corrente com origem no exercício	40.798	41.339
Despesa por imposto corrente com origem em exercícios anteriores	644	3.416
Imposto de renda (despesa)/entrada	41.442	44.755
Retenções e pagamentos a receber	621	516
50% da base tributável negativa individual a compensar nos próximos 10 anos	(17.657)	(17.277)
Diferenças temporárias	(5.434)	(5.918)
Incorporação da décima parte de 50% da Base Tributável Negativa Individual de períodos anteriores não integrada	3.466	1.782
Créditos e incentivos tributários registrados em exercícios anteriores e aplicados neste	2.529	(1.664)
Imposto de renda a (pagar)/receber líquido	24.967	22.194

Milhares de euros

A alíquota aplicável nos exercícios de 2025 e 2024 foi de 25%.

A despesa com imposto sobre o lucro reconhecida na Demonstração de Resultados no exercício de 2025 inclui 3,174 milhões de euros (4,456 milhões de euros em 2024) relativos ao Imposto Complementar (Pilar Dois), conforme Nota 4.e.

Nos exercícios 2025 e 2024, o Grupo Fiscal não foi afetado pela parcela líquida mínima.

No quadro a seguir incluem-se os valores deduzidos em exercícios anteriores e pendentes de reversão fiscal a título de ajuste de valor das participações em empresas do grupo, multigrupo e associadas, os valores integrados na base de cálculo do período em decorrência da reversão fiscal e os valores ainda pendentes de integração. A esse respeito, a Lei 7/2024, de 20 de dezembro, reintroduziu um regime de reversão mínima dos valores pendentes de integração, o que implica, a partir do exercício de 2024, uma recuperação mínima de um terço do montante pendente, aplicável sempre que tal montante seja superior ao aumento dos fundos próprios do exercício da participada e ao valor dos dividendos por ela recebidos. O cálculo da reversão mínima aplicável encontra-se detalhado também no quadro a seguir.

SOCIEDADE	Imposto fiscal deduzido pendente de recuperação em 1º de janeiro		Reversão por diferença FP		Reversão mínima (um terço)		Recuperação efetuada no exercício		Montantes a serem recuperados
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
	Mapfre Inmuebles S.G.A.	9.369	14.054	—	(2)	4.685	4.685	(4.685)	
Total	9.369	14.054	—	(2)	4.685	4.685	(4.685)	(4.685)	4.684

Milhares de euros

Nas tabelas a seguir, está detalhado o movimento dos exercícios de 2025 e 2024 referentes ao item de ativos por impostos diferidos, diferenciando os valores relacionados a partidas lançadas diretamente contra o patrimônio líquido em cada um dos exercícios.

Exercício 2025

Conceito	Saldo	Provenientes de		Cancelamentos	Saldo
	Inicial	Resultados	Patrimônio		Final
Ativos					
50% da base negativa a compensar em exercícios futuros	33.317	13.749	—	—	47.066
Compromissos com o pessoal	24.180	4.939	—	—	29.119
Outros conceitos	1.159	494	—	—	1.653
Total	58.656	19.182	—	—	77.838

Milhares de euros

Exercício 2024

Conceito	Saldo	Provenientes de		Cancelamentos	Saldo
	Inicial	Resultados	Patrimônio		Final
Ativos					
50% da base negativa a compensar em exercícios futuros	17.712	17.277	—	(1.672)	33.317
Compromissos com o pessoal	16.274	7.906	—	—	24.180
Outros conceitos	3.416	(2.257)	—	—	1.159
Total	37.402	22.926	—	(1.672)	58.656

Milhares de euros

Foi contabilizado um ativo por imposto diferido relativo à base tributável negativa gerada pela sociedade que não pode ser compensada pelo Grupo Fiscal em 50%, conforme a limitação introduzida na Lei do Imposto, totalizando 70,629 milhões de euros (69,109 milhões de euros em 2024).

Da mesma forma, detalha-se a seguir o movimento dos exercícios de 2025 e 2024 referentes ao item de passivos por impostos diferidos, diferenciando os valores relacionados a partidas lançadas diretamente contra o patrimônio líquido em cada um dos exercícios.

Exercício 2025

Conceito	Saldo inicial	Ajustes	Provenientes de		Cancelamentos	Saldo final
		saldo inicial	Resultados	Patrimônio		
Passivos						
Lucro por vendas de instrumentos de patrimônio	108	—	—	—	—	108
Instrumentos financeiros	2.957	—	—	1.300	(1.129)	3.128
TOTAL	3.065	—	—	1.300	(1.129)	3.236

Milhares de euros

Exercício 2024

Conceito	Saldo inicial	Ajustes	Provenientes de		Cancelamentos	Saldo final
		saldo inicial	Resultados	Patrimônio		
Passivos						
Lucro por vendas de instrumentos de patrimônio	108	—	—	—	—	108
Instrumentos financeiros	1.174	—	—	1.783	—	2.957
TOTAL	1.282	—	—	1.783	—	3.065

Milhares de euros

Não existem bases de cálculo negativas de exercícios anteriores a serem compensadas.

O detalhamento dos incentivos fiscais da Sociedade para os exercícios 2025 e 2024, distinguindo a parte dos mesmos registrada no balanço, é o seguinte:

Exercício 2025

Modalidade	Exercício respectivo	Valor aplicado no exercício
Dedução por dupla imposição	2025	1.061
Deduções pela realização de atividades de I.T.	2025	697
Outros	2025	119
TOTAL		1.877

Milhares de euros

Exercício 2024

Modalidade	Exercício respectivo	Valor aplicado no exercício
Dedução por dupla imposição	2024	6.004
Deduções pela realização de atividades de I.T.	2024	776
Outros	2024	34
TOTAL		6.814

Milhares de euros

A liquidação consolidada do Grupo Fiscal 9/85 referente ao exercício 2025 apresenta um valor a restituir de 29,45 milhões de euros, registrado no ativo da Sociedade (13,735 milhões de euros em 2024).

Como resultado da distribuição entre as sociedades do Grupo, a Sociedade possui os créditos e débitos descritos a seguir, registrados nos últimos dois exercícios, em relação às sociedades controladas do Grupo Fiscal 9/85:

SOCIEDADE	MONTANTE			
	CRÉDITO		DÉBITO	
	2025	2024	2025	2024
Mapfre Vida Cia De Seguros y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.	—	—	7.690	16.379
Mapfre Re Compañía De Reaseguros S.A.	21.281	36.226	—	—
Mapfre Inmuebles S.G.A.,S A	—	—	766	420
Mapfre Inversión S.V.S.A.	1.254	1.327	—	—
Mapfre Vida Pensiones E. G. F. P., S. A.	129	173	—	—
Mapfre Asset Management S.G.I.I.C.S. A.	4.435	5.232	—	—
Consultora Actuarial y De Pensiones Mapfre Vida S.A.	—	7	2	—
Gestión Moda Shopping S.A.	—	—	13	8
Miraceti S.A.	—	—	91	86
Mapfre Asistencia Cia Internacional De Seguros y Reaseguros S.A	—	—	2.176	4.431
Mawdy Digital Assistance Services, S.A.	—	—	44	8
Centro De Experimentación y Seguridad Vial Mapfre S.A.	—	106	2	—
Club Mapfre S.A.	7	16	—	—
Desarrollos Urbanos Cic S.A.	—	—	272	370
Mapfre Internacional S.A.	—	—	42.586	26.612
Multiservicios Mapfre Multimap S.A.	508	532	—	—
Servicios Inmobiliarios Mapfre S.A.	106	130	—	—
Mapfre Tech S.A.	—	—	6.280	5.514
Mapfre Automoción S.U.	—	—	35	57
Gestion Centros Médicos Mapfre S.A.U.	—	—	785	681
Verti Aseguradora Cia De Seguros y Reaseguros S.A.	957	—	—	226
Medisemap Agencia De Seguros Exclusiva S.L.	—	3	—	—
Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	28.023	23.908	—	—
Funespaña S.A.	—	—	297	17
Servicios Funerarios Funemadrid S.A.U.	—	263	107	—
All Funeral Services S.A.U.	107	130	—	—
Funerarias Reunidas El Bierzo S. A.	148	173	—	—
Pompes Fúnebres Domingo S.L.	—	16	—	—
Salud Digital Mapfre S.A.	—	—	391	375
Mapfre Global Risks Agencia De Suscripción S.A.U.	592	552	—	—
Funeraria Alianza Canaria S.L.U.	2	—	—	37
Risk Med Solutions S.L.U.	—	—	39	59
Enalta Servicios Funerarios, S.L.U.	—	—	479	570
Mampar Imperial 14 S.L.U.	42	—	—	9
Cementerio Parque Andújar, S.A.	—	—	19	19
TOTAL	57.591	68.794	62.074	55.878

O montante total a restituir pela Fazenda Pública a título de imposto sobre sociedades do exercício 2025 do Grupo Fiscal aumenta para 29,450 milhões de euros (13,735 milhões de euros em 2024). Considerando o saldo líquido dos créditos de 57,591 milhões de euros e dos débitos de 62,074 milhões de euros anteriormente mencionados junto às entidades do Grupo, resulta um montante a receber pela Sociedade, como entidade individual, no valor de 24,967 milhões de euros (26,651 milhões de euros em 2024).

Nos últimos dois exercícios, não foram geradas eliminações de consolidação fiscal significativas por diferenças temporárias. O detalhamento dos montantes a serem incorporados como resultado de eliminações por diferenças temporárias da Sociedade no Grupo Fiscal é descrito no quadro a seguir.

O detalhamento dos montantes a serem incorporados como resultado de eliminações por diferenças temporárias da Sociedade no Grupo Fiscal é descrito no quadro a seguir.

Conceito	Sociedad del grupo	Ejercicio		Ejercicio de la eliminación
		2025	2024	
Ações	Mapfre Internacional, S.A.	(2)	(2)	2003
Ações	Mapfre Asistencia Cia Internacional De Seguros y Reaseguros S.A.	512	512	2003
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(92)	(92)	2004
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	10.251	10.251	2005
Ações	Mapfre Tech S.A.	1.219	1.219	2010
Ações	Solunion S.A.	(16)	(16)	2010
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(1.764)	(1.764)	2010
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(184)	(184)	2010
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(956)	(956)	2010
Ações	Mapfre Vida Cia De Seguros y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.	(251)	(251)	2010
Imóvel	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	3.532	3.630	2011
Imóvel	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(1.225)	(1.258)	2011
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	398	398	2011
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(1.095)	(1.095)	2011
Ações	Mapfre Vida Cia De Seguros y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.	56	56	2011
Ações	Mapfre Vida Cia De Seguros y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.	(154)	(154)	2011
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	212	212	2011
Ações	Mapfre España Compañía De Seguros y Reaseguros S.A.	(583)	(583)	2011
Ações	Mapfre Automoción S.U.	(15)	(15)	2015
Total		9.843	9.908	

Milhares de

O detalhamento das incorporações em consolidação fiscal da sociedade nos dois últimos exercícios é descrito no quadro a seguir:

Diferencias temporarias	Sociedad	Ejercicio	
		2025	2024
Redução ao valor recuperável de empresas do Grupo	Mapfre Inmuebles S.G.A.	4.685	4.685
Total		4.685	4.685

Milhares de euros

O ajuste para a integração das verbas dos compromissos por pensões, sujeito ao limite de 25% da matéria coletável prévia regulada pelo artigo 11.12 da Lei nº 27/2014, a praticar na matéria coletável consolidada do imposto sobre o exercício de 2025, foi de 698 milhões de euros (1,044 milhão de euros em 2024).

Comprovações tributárias

De acordo com a legislação em vigor, as declarações dos diversos impostos realizadas não podem ser consideradas definitivas enquanto não tiverem sido inspecionadas pelas autoridades tributárias ou passado o prazo de prescrição, que é de quatro anos.

Em 1º de março de 2024, foi notificado à Mapfre S.A., na condição de sociedade dominante do Grupo de consolidação fiscal nº 9/85, o início de ações fiscais relativas ao Imposto sobre Sociedades dos exercícios de 2017 a 2020. Também lhe foi comunicado, na qualidade de representante do Grupo IVA nº 87/10, o início de ações de fiscalização referentes ao Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) para os períodos de fevereiro de 2020 a dezembro de 2022.

No que diz respeito à Mapfre S.A.. como entidade individual, as ações se estendem ao Imposto sobre Sociedades dos exercícios de 2017 a 2020, ao Imposto sobre Valor Acrescentado dos períodos de fevereiro de 2020 a dezembro de 2022 e às Retenções e recolhimentos na fonte sobre rendimentos do trabalho e atividades econômicas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas ("IRPF") dos períodos de fevereiro de 2020 a dezembro de 2022.

As referidas atuações permanecem em curso, sendo fornecidas as informações solicitadas e mantidas as comparecências indicadas pela Inspeção.

O único aspecto relevante regularizado até o momento refere-se à remuneração em espécie decorrente da utilização, para fins privados, de veículos disponibilizados pela empresa. Em face do critério adotado pela entidade, que avaliava o uso particular potencial do veículo em 30%, a Inspeção fixou o percentual de 80%, entendimento este respaldado por jurisprudência consolidada. A Mapfre S.A.. firmou autos de conformidade de IRPF relativos a esse conceito no montante total de 0,3 milhão de euros, sendo igualmente regularizados os períodos de 2023 e 2024. No período de 2025, procedeu-se à imputação aos beneficiários dessa remuneração em espécie, nos termos estabelecidos pela Inspeção.

Quanto aos demais conceitos, embora a fiscalização esteja próxima da conclusão, ainda não há informação concreta sobre todos os aspectos que serão objeto de regularização nem sobre sua quantificação. Das atuações realizadas até o momento resulta o interesse da Inspeção na dedução por atividades de inovação tecnológica.

Em relação aos atos de inspeção pelo Imposto sobre Sociedades, dos exercícios 2013 a 2016, referidos ao Grupo de consolidação fiscal nº 9/85, foram assinadas atas de desconformidade que afetaram a Mapfre S.A.. como sociedade individual em relação à dedutibilidade de determinadas despesas de pessoal e à dedução por despesas de inovação tecnológica. As liquidações decorrentes desses autos foram objeto de recurso perante o TEAC (Tribunal Económico-Administrativo Central), que indeferiu a reclamação económico-administrativa interposta pela sociedade. Diante dessa rejeição, foi apresentado recurso contencioso administrativo, tendo sido formulado na data escrita de petição inicial perante a Audiência Nacional.

A petição apresentada nesse procedimento contém fundamentos suficientemente sólidos para se esperar que sejam total ou parcialmente acolhidos pela Audiência. Além disso, quanto a determinados aspectos da regularização (em especial no tocante à dedutibilidade de remunerações a conselheiros executivos e às deduções de IT), os Tribunais vêm se pronunciando recentemente em favor das teses dos contribuintes.

A Mapfre S.A.., considerou que, de acordo com o critério expresso pelos assessores fiscais internos, as regularizações praticadas não tinham impacto significativo nas contas anuais individuais, havendo sólidos argumentos de defesa nos recursos pendentes, razão pela qual nenhuma provisão específica foi registrada por esses conceitos.

No exercício de 2022, a Mapfre SA, como entidade controladora do Grupo Fiscal nº 9/85, e com o objetivo de limitar o custo financeiro da suspensão das atas derivadas dos atos de inspeção dos exercícios 2013 a 2016, procedeu a inserir a dívida tributária das atas de desconformidade do Imposto sobre Sociedades dos exercícios 2013 a 2015, juntamente com os juros suspensivos. Na medida em que existem sólidos argumentos de defesa nos procedimentos judiciais em andamento, a Sociedade começou a contabilizar um crédito perante a Fazenda Pública pelo montante de 110 milhões de euros. Simultaneamente, a Mapfre S.A.. reconheceu um débito perante as entidades dependentes do Grupo Fiscal às quais correspondem os conceitos assinados em desconformidade no montante de 106 milhões, correspondendo a diferença aos conceitos em desconformidade que afetam à Mapfre S.A.. como entidade individual.

Durante o exercício 2022, o Grupo Fiscal nº 9/85 solicitou a retificação de seus Impostos sobre Sociedades dos exercícios de 2017 a 2019 em relação à recuperação de determinados ajustes derivados das atas dos exercícios de 2013 a 2016 e para solicitar o reconhecimento da eliminação da dupla tributação em relação a determinados investimentos em renda variável que, a nível do Grupo Fiscal, tinham a consideração de participações qualificadas, solicitando o reconhecimento de uma devolução de 61 milhões de euros que foi contabilizada como crédito perante a Fazenda Pública. Simultaneamente, foi contabilizado um débito pelo mesmo montante perante as entidades dependentes do Grupo que são afetadas individualmente pela retificação acima mencionada.

Ambos os conceitos, no montante conjunto de 171 milhões de euros, estão registrados na rubrica do balanço patrimonial "Outros créditos com as Administrações Públicas".

Por outro lado, o item do passivo "Dívidas com empresas do grupo e associadas" apresenta o valor total de 168 milhões de euros atribuível às sociedades do Grupo Fiscal. A diferença entre os créditos e dívidas mencionados corresponde aos conceitos em discordância que afetam a Sociedade individual no valor de 3 milhões de euros.

Quanto à dedução por gastos de inovação tecnológica (IT), o Tribunal Supremo emitiu quatro sentenças acolhendo os recursos de cassação interpostos contra as sentenças da Audiência Nacional que haviam aceitado os argumentos da Inspeção Tributária, defendendo sua competência para delimitar o alcance da dedução e considerando que o software não é um conceito abrangido pela dedução por gastos de IT prevista na Lei do Imposto sobre Sociedades. Em consequência, o Supremo Tribunal concluiu que os relatórios elaborados pela Administração Tributária para regularizar a dedução por IT não podem questionar a qualificação feita nos relatórios vinculantes emitidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com base nos quais o Grupo Fiscal vem aplicando a dedução.

O Grupo Fiscal recorreu dos autos instaurados, entre outros conceitos, pela regularização dessa dedução, que, no caso da Mapfre S.A., como entidade individual, ascende ao valor de 84 mil euros (exercícios de 2013 a 2016). Adicionalmente, a dedução aplicada pela Sociedade nos exercícios de 2017 a 2024 foi de 5,309 milhões de euros, e a gerada no exercício de 2025 foi de 697 mil euros.

Em 18 de janeiro de 2024, o Tribunal Constitucional (TC) proferiu Sentença que declara a inconstitucionalidade de determinadas medidas que foram introduzidas no Imposto sobre Sociedades pelo Real Decreto-Lei 3/2016, de 2 de dezembro (RDL 3/2016), ao considerar inadequado o veículo regulamentar empregado para sua aprovação. Essa inconstitucionalidade também havia sido apresentada pelo Grupo Mapfre nos recursos iniciados diante dos Tribunais. Das medidas declaradas inconstitucionais, o Grupo Fiscal nº 9/85 é afetado somente pela obrigação de integrar na base tributável, a partir do exercício de 2016 e em parcelas equivalentes a um quinto, as perdas por deterioração de participações que haviam sido fiscalmente dedutíveis até o exercício de 2012. A anulação dessa medida teria um impacto favorável para o Grupo de 13 milhões de euros. No entanto, a Lei 7/2024, de 20 de dezembro, sobre o Imposto Complementar, reintroduziu a obrigação de tributar sobre as perdas por deterioração anteriormente deduzidas, em um prazo de três anos. Por isso, o Grupo não registrou qualquer valor nas suas contas de 2025 e 2024 em decorrência da referida inconstitucionalidade.

Quanto à não dedutibilidade das perdas na transmissão de participações, também aprovada pelo mesmo RDL 3/2016, o Tribunal Constitucional (TC) adiou sua decisão até o momento em que tiver que se pronunciar sobre um recurso específico relativo à aplicação dessa medida. Em 14 de julho de 2025, a Audiência Nacional proferiu decisão pela qual suscita questão de inconstitucionalidade sobre esse tema perante o Tribunal Constitucional. A inconstitucionalidade dessa norma também está sendo alegada pelo Grupo Fiscal nas diversas solicitações de retificação de declarações apresentadas. A futura sentença, caso o TC declare a inconstitucionalidade da norma, teria um impacto favorável para o Grupo Fiscal de 66,5 milhões de euros, embora esse direito não tenha sido registrado contabilmente pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, a sociedade tem aberta para inspeção todos os impostos aos quais está sujeita pelos exercícios de 2021 até 2024 inclusive, bem como o Imposto de Sociedades dos exercícios 2017 a 2020. Na opinião dos assessores da Sociedade, em 31 de dezembro de 2025, é remota a possibilidade de que se possam produzir passivos fiscais que afetem de forma significativa a posição financeira das Sociedade.

Operações de reestruturação empresarial

Em 3 de novembro de 2022, foi realizada uma operação de fusão das empresas Mapfre S.A. (Sociedade incorporante) com a Mapfre Participaciones S.A. e Mapfre AM Investment Holding, S.A.U. (sociedades incorporadas), mediante a absorção destas duas últimas pela primeira.

A data a partir da qual esta fusão teve efeitos contábeis e fiscais foi 1º de janeiro de 2022.

Essa operação foi realizada no âmbito do Regime Especial do Capítulo VII Título VII da Lei 27/2014 de 27 de novembro do Imposto sobre Sociedades. A informação contábil obrigatória regulada no artigo 86 da Lei 27/2014 do Imposto sobre Sociedades consta da nota explicativa das demonstrações financeiras do exercício em que ocorreu a operação.

No mês de março de 2019, foi obtida a autorização administrativa para realizar a operação de cisão total da entidade Mapfre Global Risks Compañía De Seguros y Reaseguros S.A., que havia sido aprovada no exercício de 2018, em favor das entidades Mapfre Re Compañía De Reaseguros S.A., Mapfre España Compañía de Seguros y Reaseguros S.A., Mapfre Participaciones S.A. e Mapfre Global Risks Agencia de Suscripción.

No exercício de 2016, foi realizada a operação de fusão por incorporação das empresas Mapfre América S.A. (Sociedade incorporante) e Mapfre Internacional S.A. (Sociedade incorporada), sociedade que alterou a sua denominação social para Mapfre Internacional S.A.

Ambas as operações se acolheram ao Regime Especial do Capítulo VII Título VII da Lei 27/2014 de 27 de novembro do Imposto de Sociedades, e nas memórias correspondentes figura a informação contábil obrigatória relativa a estas operações.

Em 6 de setembro de 2013, foi realizada a operação de excisão financeira de 100% das ações de Seguros Gerais, que pertenciam à Mapfre Internacional e foram transferidas para a Mapfre Familiar, sendo a Mapfre S.A. única sócia das entidades que participaram da operação. As informações contábeis obrigatórias relativas a estas operações constam da memória correspondente.

Em 22 de fevereiro de 2011, foi realizado um aumento de capital na Mapfre Vida mediante aporte não pecuniário das Sociedades Caja Castilla La Mancha Vida e Pensiones de Seguros e Reaseguros e Unión Duero Compañía de Seguros Vida s.a.

Em 6 de junho de 2011, foi realizada uma ampliação de capital na Maquavit Inmuebles, S.L.U. mediante a contribuição da participação da Sociedade Mapfre Quavitae.

As informações contábeis obrigatórias relativas a essas operações constam do histórico do exercício de 2011.

Todas as operações anteriormente citadas adotaram o Regime Especial do Capítulo VIII Título VII do Real Decreto Legislativo 4/2004.

Até 2008, foram realizadas as seguintes operações de fusão, sob o regime de diferimento fiscal estabelecido na normativa do Imposto sobre as Sociedades:

- Fusão por incorporação da Mapfre-Cajamadrid Holding de Entidades Aseguradoras S.A. pela Mapfre S.A.
- Fusão por incorporação da Mapfre Automóviles, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A., Mapfre Caja Salud, Compañía de Seguros S.A. e Mapfre Guanarteme, Compañía de Seguros de Canarias S.A., pela Mapfre Seguros Generales, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. (sociedade que passou a denominar-se Mapfre Familiar, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.).
- Fusão por incorporação da Mapfre Agropecuaria, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. pela Mapfre Empresas, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.
- Fusão da Mapfre América Vida S.A. por incorporação pela Mapfre América S.A.

Em 2008, foi realizado um aumento de capital da Mapfre Internacional S.A. por meio da contribuição das ações da Sociedade turca Genel Sigorta.

Em 2007, foi realizado um aumento de capital na Mapfre Internacional S.A. por meio da contribuição das Sociedades Mapfre Seguros Gerais, Cattolica e Mapfre USA.

Em 2006, foi realizado um aumento de capital na Mapfre Internacional S.A. por meio da contribuição da participação da Sociedade na Middle sea e na Mapfre Asian Insurance Corporation

Em 31 de janeiro de 2003, foi realizada uma ampliação de capital da Mapfre Re para a qual a Sociedade contribuiu com o imóvel situado no endereço Paseo de Recoletos nº 25, Madri, que, por sua vez, tinha sido transferido em forma de cessão global de ativos e passivos da Incalbarsa, oficializada em 27 de dezembro de 2000.

Em 2001, a Sociedade realizou uma operação de troca de valores, por meio da qual foram incluídas ações da Mapfre Seguros Generales, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. em um aumento de capital da Mapfre-Caja Madrid, Holding de Entidades Aseguradoras S.A

No exercício de 2000, a Sociedade realizou operações de reestruturação empresarial consistentes com a contribuição em ações da Mapfre Vida, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana S.A., Mapfre Caución y Crédito, Compañía de Seguros de Reaseguros S.A., e Mapfre Seguros Generales, Compañía de Seguros y Reaseguros S.A. para uma ampliação de capital de Mapfre-Caja Madrid Holding de Entidades Aseguradoras S.A.

Nesse mesmo exercício, foi formalizada a cessão global de ativos e passivos da Incalbarsa S.A. a favor do único acionista, Corporación Mapfre S.A.

No histórico das contas anuais dos exercícios em que as operações descritas anteriormente foram formalizadas, são incluídas as informações contábeis obrigatórias a elas relacionadas.

Todas as operações de reestruturação descritas anteriormente estavam sujeitas ao Regime Especial de diferimento previsto no Capítulo VIII do Título VII do Real Decreto Legislativo 4/2004, que aprovou o Texto Consolidado da Lei do Imposto sobre as Sociedades.

Grupo de Sociedades IVA

A partir do exercício 2010, com relação ao Imposto sobre Valor Agregado, a Sociedade faz parte do Grupo de entidades de IVA nº 87/10, constituído pela própria Mapfre S.A. como empresa controladora e por aquelas de suas empresas controladas que concordaram em se integrar ao Grupo citado.

Em 2025, fizeram parte do Grupo Fiscal número IVA 87/10 as entidades a seguir:

Mapfre S.A.
Mapfre Internacional S.A.
Mapfre Re Compañía De Reaseguros S.A.
Mapfre España, Compañía De Seguros Y Reaseguros S.A.
Mapfre Vida Cia De Seguros y Reaseg Sobre La Vida Humana S.A.
Mapfre Asistencia Cia Internacional De Seguros y Reaseguros S.A.
Bankinter Vida Sociedad De Seguros y Reaseguros S.A.
Verti Aseguradora Compañía De Seguros y Reaseguros, S.A.
Mapfre Tech S.A.
Bankinter Seguros Generales de Seguros y Reaseguros, S.A.
Mapfre Inversión Sociedad De Valores S.A.
Mapfre Asset Management Sgiic S.A.
Centro De Experimentación y Seguridad Vial Mapfre S.A.
Mapfre Global Risks Agencia De Suscripción S.A.U.
Santander Mapfre Seguros y Reaseguros, S.A.
Mapfre Inmuebles S.G.A.

Outras informações

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Mapfre S.A. inclui-se informação adicional sobre a aplicação das normas de tributação mínima global Pilar 2.

13. Receitas e despesas

As responsabilidades sociais da Sociedade nos dois últimos exercícios são reproduzidas no quadro a seguir:

ENCARGOS SOCIAIS	MONTANTE	
	2025	2024
Previdência social	10.564	9.461
Contribuições para fundos de aposentadoria	7.445	6.399
Outras responsabilidades sociais	7.759	6.919
TOTAL	25.768	22.779

Milhares de euros

14. Provisões e contingências

O quadro a seguir reproduz o movimento gerado nas provisões reconhecidas no balanço ao longo dos dois últimos exercícios.

ITEM	SALDO INICIAL		AUMENTOS		REDUÇÕES		SALDO FINAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Provisões longo prazo								
Obrigações por prestações no longo prazo ao pessoal	28.978	13.722	58.649	16.210	(58.261)	(954)	29.366	28.978
TOTAL	28.978	13.722	58.649	16.210	(58.261)	(954)	29.366	28.978

Milhares de euros

Em 31 de dezembro dos dois últimos exercícios, o item “Obrigações por prestações no longo prazo ao pessoal” incluía, principalmente:

- Planos de prestação definida externalizados, detalhados na Nota 16 da Memória, no valor de 4,337 milhões de euros (4,380 milhões de euros em 2024).
- Prêmio de permanência, detalhado na norma de registro e avaliação de “Gastos com pessoal”, no valor de 3,494 milhões de euros (3,458 milhões de euros em 2024).
- Seguro de vida com cobertura por falecimento entre 65 e 77 anos, detalhado na norma de avaliação “Gastos com pessoal”, no valor de 708 mil euros (713 mil euros em 2024). As tabelas atuariais utilizadas foram as PASEM-2020 nos dois últimos exercícios.
- Provisões correspondentes a objetivos e incentivos do pessoal, no valor de 20,265 milhões de euros (19,856 milhões de euros em 2024).

No fechamento dos dois últimos exercícios, e até a data de elaboração das contas anuais, não existiam provas da existência de ativos e passivos contingentes por montantes significativos.

15. Informações sobre o meio ambiente

Nos últimos dois exercícios, a Sociedade não manteve nenhum item de natureza ambiental que pudesse ser significativo e incluído sob uma menção específica nas presentes contas anuais.

16. Retribuições nos médio e longo prazos e pagamento com base em ações

Retribuições a longo prazo

Os planos de contribuição e benefícios definidos em vigor são analisados conforme detalhado na descrição das normas de registro e avaliação.

O montante correspondente à despesa com planos de pensões de contribuição definida totalizou 7,445 milhões de euros em 2025 (6,399 milhões de euros em 2024).

Os planos de prestação definida vigentes, todos instrumentados por meio de apólices de seguros subscritas com a Mapfre Vida, são aqueles nos quais a prestação foi fixada em função dos salários finais, com prestação em forma de renda vitalícia, revisável segundo índice de preços ao consumo (IPC) anual. Eles correspondem, em sua totalidade, a pessoal passivo.

A. Montantes reconhecidos no Balanço

A seguir é detalhada a conciliação do valor atual da obrigação derivada dos planos de prestação definida nos dois últimos exercícios:

Conceito	2025	2024
Valor atual obrigação em 1º de janeiro	4.380	4.455
Custo por juros	179	182
Perdas e lucros atuariais	93	41
Prestações pagas	(309)	(301)
Outros conceitos	(6)	3
Valor atual obrigação em 31 de dezembro	4.337	4.380

Milhares de euros

A conciliação do saldo inicial e final dos direitos dos ativos afetados pelo plano e os direitos de reembolso dos dois últimos exercícios é descrita no quadro a seguir. O valor respectivo corresponde à provisão matemática das apólices de terceirização.

Conceito	2025	2024
Valor direito a reembolso em 1º de janeiro	4.380	4.455
Rendimento previsto dos ativos respectivos	179	182
Perdas e lucros atuariais	93	41
Prestações pagas.	(309)	(301)
Outros conceitos	(6)	3
Valor direito a reembolso em 31 de dezembro	4.337	4.380

Milhares de euros

B. Hipótese

As principais hipóteses atuariais utilizadas na data de fechamento foram as tabelas de sobrevivência PERM/F-2020 e o I.P.C. anual de 3% em ambos os exercícios, sendo os índices de desconto e o rendimento previsto dos ativos respectivos idênticos porque se trata de produtos com união de fluxos.

Outras retribuições a médio prazo e pagamentos baseados em ações

Em 9 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Mapfre S.A. aprovou um Plano de Incentivos a longo prazo que é descrito na norma de avaliação 4.h). O valor provisionado no exercício para esse Plano totaliza 32,367 milhões de euros.

Posteriormente, em 11 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Mapfre S.A. aprovou um novo Plano de Incentivos de Longo Prazo, também descrito na norma de avaliação 4.h). Neste caso, o valor provisionado no exercício aumenta para 4.335 mil euros.

Plano de Remuneração em Ações

A seguir, apresenta-se a informação referente aos diversos planos de remuneração em ações da Mapfre, S.A., detalhados na Nota 4.h.

PLANO	Exercício de execução	Nº funcionários Inscritos	% Funcionários	Ações grátis
2025	2026	194	36	No
2024	2025	202	37	Não
2023	2024	145	29	Não

17. Fatos posteriores ao encerramento

Durante o mês de janeiro de 2026, a Mapfre, S.A. concluiu uma emissão de obrigações ordinárias no montante total de 1 bilhão de euros, realizada em duas parcelas de 500 milhões de euros cada, com prazos de 6 e 10 anos, com taxa de juros fixa anual de 3,125% e 3,625%, respectivamente, admitidas à negociação no AIAF Mercado de Renda Fixa ("AIAF").

As emissões foram dirigidas exclusivamente a investidores institucionais, ficando excluídos os investidores de varejo, e os recursos obtidos serão utilizados para atender às necessidades de financiamento das atividades ordinárias do Grupo.

Não ocorreram outros fatos relevantes posteriores ao encerramento do exercício.

18. Operações com partes vinculadas

A seguir são detalhadas as principais operações efetuadas nos dois últimos exercícios com as partes vinculadas.

Despesas e receitas	Empresas do grupo		Outras partes vinculadas		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1) Gastos financeiros	(1.224)	(4.530)	—	—	(1.224)	(4.530)
4) Locações	(3.385)	(3.452)	—	—	(3.385)	(3.452)
9) Outras despesas	(28.429)	(26.184)	(23)	(8)	(28.452)	(26.192)
DESPESAS	(33.038)	(34.167)	(23)	(8)	(33.061)	(34.175)
10) Receitas financeiras	16	7	—	—	16	7
13) Dividendos recebidos (ver Anexo 1)	631.369	647.238	—	—	631.369	647.238
15) Prestações de serviços	88.765	74.015	390	206	89.155	74.221
RECEITAS	720.150	721.260	390	206	720.540	721.466

Milhares de euros

Outras transações	Empresas do grupo		Outras partes vinculadas		TOTAL	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Acordos de financiamento: Créditos e portações do capital.	21.968	6.319	—	—	21.968	6.319
Acordos de financiamento: Créditos	324.500	202.000	—	—	324.500	202.000
Amortização ou cancelamento de créditos	(130.000)	(241.500)	—	—	(130.000)	(241.500)
Dividendos e outros lucros distribuídos	—	—	358.569	334.070	358.569	334.070

Milhares de euros

No ano de 2025, realizaram-se as seguintes operações:

- Em 3 de junho de 2025, foi realizada uma ampliação de capital na Mapfre Tech S.A., no valor de 14,567 milhões de euros.
- Durante o exercício de 2025, foram adquiridas 12.951 ações da La Financière Responsable e foi realizada uma ampliação de capital em 7 de agosto de 2025, alcançando-se uma participação total de 92% na companhia.
- Desembolso de 4,5 milhões de euros de Alma Mundi Insurtech II em 5 de maio de 2025.
- Em 31 de dezembro de 2025, existe um desembolso pendente sobre ações da Alma Mundi Insurtech II, no montante de 6,749 milhões de euros, bem como um desembolso pendente relativo a ações do Mapfre Private Debt.
- No contexto do contrato de locação entre Desarrollos Hospitalarios 2024 S.L. e Colonial, a Mapfre S.A. emitiu duas garantias adicionais: uma apólice de contragarantia no valor de 1,6 milhão de euros, em 25 de fevereiro de 2025, e uma carta de garantia corporativa no valor de 69,4 milhões de euros, em 18 de março de 2025.
- Em 26 de dezembro de 2025, a Mapfre S.A. subscreveu uma carta de garantia corporativa em favor do Grupo Corporativo LML perante o Banco Monex S.A., no montante total de 600 milhões de pesos mexicanos (aproximadamente 28,4 milhões de euros), como garantia de uma linha de crédito.

No exercício de 2024, foram realizadas as seguintes operações:

- Aumento de capital da Santander Mapfre Hipoteca Inversa S.A. no valor de 4 milhões de euros.
- Desembolso de 2,93 milhões de euros do Fundo Mapfre Private Debt Fil, restando em 31 de dezembro de 2024 3,97 milhões de euros pendentes de desembolso.
- Desembolso pendente de 0,94 milhão de euros do Fundo Meag Eur Office, tendo sido totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024.

- Em 15 de novembro do mesmo ano, foi assinada uma carta de garantia corporativa no valor de 35 milhões de euros, garantindo o cumprimento das obrigações econômicas da Desarrollos Hospitalarios 2024 S.L. (sociedade participada em 49,97% pela Mapfre España) perante a Azora Capital.

O montante dos saldos em aberto com empresas do Grupo no fechamento dos dois últimos exercícios é descrito no quadro a seguir:

Conceito	Ativos		Passivos	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e créditos	—	—	194.500	—
Dividendos	670	—	—	—
Grupo fiscal	72.022	83.224	243.152	224.874
Faturamento Grupo	26.128	19.884	12.856	3.461
TOTAL	98.820	103.108	450.508	228.335

Milhares de euros

As transações com partes vinculadas estão relacionadas com o tráfego normal da empresa, e foram realizadas de acordo com as condições do mercado.

Conselho de Administração e outros Comitês delegados

No próximo quadro é detalhada a retribuição obtida pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade nos últimos exercícios:

CONCEITO	MONTANTE	
	2025	2024
Retribuições a curto prazo		
Salários	2.172	1.936
Retribuição variável a curto prazo	2.307	2.323
Verbas fixas	2.062	1.948
Dietas	48	21
Outros conceitos	220	114
Retribuição variável a médio prazo	3.335	2.053
TOTAL	10.144	8.395

Milhares de euros

A retribuição básica dos Conselheiros Externos é composta por um valor fixo anual por fazer parte do Conselho de Administração, cujo montante nos últimos exercícios foi de 115.000 euros. A Vice-presidência - Conselheiro Coordenador tem uma renda fixa anual de 220.000 euros. Os membros da Comissão Delegada recebem 10.000 euros, além de uma ajuda de custo por participação de 3.000 euros nos dois últimos exercícios. Esse valor, no caso da presidência da Comissão de Auditoria, totaliza 70.000 euros em 2025 e 2024. Além disso, a pessoa que ocupa o cargo de presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações recebe 62.000 euros em 2025 e 2024. A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria aumenta para 50.000 euros em 2025 e 2024, e a dos demais membros da Comissão de Nomeações e Remunerações para 41.000 euros em 2025 e 2024. A pessoa que ocupa a presidência da Comissão de Riscos, Sustentabilidade e Conformidade percebe uma remuneração de 70.000 euros em 2025 e 65.000 euros em 2024, e os membros dessa Comissão recebem uma remuneração de 50.000 euros em 2025 e 46.000 euros em 2024.

Adicionalmente, é estabelecido um Seguro de Vida com capital segurado de 400.000 euros, que cobre casos de falecimento e são disponibilizadas certas vantagens concedidas ao pessoal, como seguro-saúde.

Os Conselheiros Executivos recebem as retribuições estabelecidas em seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de valor variável vinculados aos resultados, seguros de vida e invalidez, e outras compensações definidas de modo geral para o pessoal da Sociedade. Além disso, existem complementos de pensões em forma de planos de contribuição definidos para casos de aposentadoria, feitos através de um seguro de vida, como parte da política retributiva estabelecida pelo Grupo para seus Diretores Executivos, sejam eles conselheiros ou não. Como contribuição para planos de contribuição definida (incluindo planos de pensões empresariais), foram registrados como despesa do exercício 2,055 milhões de euros em 2025 (2,424 milhões de euros em 2024), totalizando o valor dos direitos acumulados em 32,39 milhões de euros (27,67 milhões de euros em 2024).

Os Conselheiros executivos não recebem a renda fixa estabelecida para os conselheiros externos.

Em relação às remunerações variáveis de curto prazo já incorridas, ao encerramento do exercício 2025 permanecem pendentes de pagamento 3,602 milhões de euros (3,189 milhões de euros no exercício 2024).

No ano de 2025, adicionalmente, foram provisionadas outras remunerações correspondentes a conceitos não recorrentes, no valor de 977 mil euros.

O Conselho de Administração da Mapfre S.A., em sua reunião de 9 de fevereiro de 2022, aprovou, por proposta do Comitê de Nomeações e Remunerações, um Plano de Incentivos de Médio e Longo Prazo 2022-2026, composto por três ciclos sobrepostos, cada um com um período de medição de objetivos de três anos de duração, voltado para determinados executivos e profissionais-chave da Companhia e de empresas do Grupo. Em 2022, foi aprovado o primeiro ciclo sobreposto (2022-2024). Em 8 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Mapfre S.A. aprovou o segundo ciclo sobreposto (2023-2025). Em 13 de fevereiro de 2024, foi aprovado o terceiro ciclo sobreposto (2024-2026). Todos os ciclos foram aprovados previamente com base na proposta do Comitê de Nomeações e Remunerações. Por outro lado, o Conselho de Administração da Mapfre S.A., em 11 de fevereiro de 2025, mediante proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, aprovou um Plano de Incentivos de Longo Prazo 2025-2029 (composto por três ciclos sobrepostos) e seu primeiro ciclo sobreposto (2025-2027). O valor provisionado para os membros do Conselho de Administração no ano de 2025, correspondente a i) um terço do terceiro ciclo sobreposto (2024-2026), ii) um terço do primeiro ciclo sobreposto (2025-2027) e iii) a regularização tanto pela variação do valor da ação da Mapfre S.A. quanto pelo grau de cumprimento dos objetivos, totaliza 2,543 milhões de euros (inclui tanto a parte em dinheiro como em instrumentos patrimoniais) (1,201 milhão de euros em 2024).

As remunerações básicas dos Conselheiros Externos são aprovadas pela Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração, mediante relatório do Comitê de Nomeações e Retribuições. O montante da retribuição contratual dos Conselheiros Executivos e o montante fixo por pertencer a Conselhos ou a Comitês Delegados são aprovados pelo Conselho de Administração mediante relatório do Comitê em questão

O montante pago pelo prêmio do seguro de responsabilidade civil dos administradores por danos causados por ações ou omissões no exercício do cargo foi de 456 mil euros (500 mil euros em 2024).

Durante o exercício, os administradores da Sociedade não fizeram, durante os dois últimos exercícios, nenhuma operação com a Sociedade em si nem com qualquer outra empresa do Grupo alheia ao tráfego ordinário das sociedades ou fora das condições normais do mercado.

Durante os dois últimos exercícios, não houve situações de conflito, direto ou indireto, dos administradores ou das pessoas vinculadas a eles em relação aos interesses da Sociedade.

Diretoria Executiva

Em relação à remuneração da diretoria executiva, as remunerações dos dois últimos exercícios são detalhadas a seguir:

	2025	2024
N.º de membros da diretoria executiva	7	9
Retribuições fixas	2.655	2.670
Retribuições variáveis	2.483	2.037
Outras retribuições	359	487
Remuneração variável de médio prazo	2.577	2.727
TOTAL	8.074	7.921
Seguro de vida	62	56

Milhares de euros

Adicionalmente, como contribuição para planos de contribuição definida, foram registrados como despesa do exercício 1,77 milhão de euros em 2025 (2,042 milhões de euros em 2024), totalizando o valor dos direitos acumulados em 8,202 milhões de euros (14,467 milhões de euros em 2024).

Com relação às remunerações variáveis de curto prazo provisionadas no presente exercício e em exercícios anteriores, ao final do exercício de 2025 encontram-se pendentes de pagamento 3,225 milhões de euros (2,832 milhões de euros em 2024).

No ano de 2024, adicionalmente, foram provisionadas outras remunerações correspondentes a conceitos não recorrentes, no valor de 4,131 milhões de euros.

O Conselho de Administração da Mapfre S.A., em sua reunião de 9 de fevereiro de 2022, aprovou, por proposta do Comitê de Nomeações e Remunerações, um Plano de Incentivos de Médio e Longo Prazo 2022-2026, composto por três ciclos sobrepostos, cada um com um período de medição de objetivos de três anos de duração, voltado para determinados executivos e profissionais-chave da Companhia e de empresas do Grupo. Em 2022, foi aprovado o primeiro ciclo sobreposto (2022-2024). Em 8 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Mapfre S.A. aprovou o segundo ciclo sobreposto (2023-2025). Em 13 de fevereiro de 2024, foi aprovado o terceiro ciclo sobreposto (2024-2026). Todos os ciclos foram aprovados previamente com base na proposta do Comitê de Nomeações e Remunerações. Por outro lado, o Conselho de Administração da Mapfre S.A., em 11 de fevereiro de 2025, mediante proposta da Comissão de Nomeações e Remunerações, aprovou um Plano de Incentivos de Longo Prazo 2025-2029 (composto por três ciclos sobrepostos) e seu primeiro ciclo sobreposto (2025-2027). O valor provisionado para os membros da Diretoria Executiva no ano de 2025, correspondente a i) um terço do terceiro ciclo sobreposto (2024-2026), ii) um terço do primeiro ciclo sobreposto (2025-2027) e iii) a regularização tanto pela variação do valor da ação da Mapfre S.A. quanto pelo grau de cumprimento dos objetivos, totaliza um valor de 3,33 milhões de euros (inclui tanto a parte em dinheiro como em instrumentos patrimoniais) (1,473 milhão de euros em 2024).

19. Outras informações

Nos quadros a seguir são detalhados o número médio e o número final de funcionários nos dois últimos exercícios, classificados por categoria e sexo.

Número médio de funcionários

CONCEITO	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselheiros e Diretoria Executiva	16	4	16	3
Diretoria	211	144	195	124
Técnicos	83	101	86	109
Administrativos	5	27	7	31
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	315	276	304	267

Número de funcionários no fim do exercício

CONCEITO	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselheiros e Diretoria Executiva	16	4	16	3
Diretoria	218	150	204	139
Técnicos	81	98	83	96
Administrativos	5	25	7	32
NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	320	277	310	270

A seguir, é detalhado o número médio de pessoas empregadas que possuem deficiência maior ou igual a 33%, sendo indicadas as categorias a que pertencem.

CONCEITO	2025	2024
Diretoria	6	5
Técnicos	3	3
Administrativos	2	2
TOTAL	11	10

As retribuições aplicadas a favor dos auditores externos são exibidas nos dados a seguir, considerando-se que não comprometem sua independência.

CONCEITO	MONTANTES	
	2025	2024
Serviços de auditoria	952	820
Outros serviços de verificação	131	234
Outros serviços	150	220
Total de serviços auditor principal	1.233	1.274

Milhares de euros

A rubrica “outros serviços de verificação” inclui serviços de cumprimento legal obrigatório na Espanha prestados pela KPMG Auditores, S.L. à Sociedade durante o exercício 2025, tais como a revisão semestral, a revisão do Relatório de Situação Financeira e Solvência e o relatório de procedimentos acordados sobre a descrição do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira. Por outro lado, a KPMG Auditores, S.L. faturou à Sociedade 150 mil euros referentes à verificação da Declaração de Informações Não Financeiras e das Informações de Sustentabilidade.

A informação relativa aos serviços prestados pela KPMG Auditores, S.L. às sociedades vinculadas por relação de controle com a Mapfre, S.A., durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, encontra-se apresentada nas demonstrações financeiras da Mapfre, S.A. e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, são detalhadas as características dos pagamentos feitos para prestadores nos dois últimos exercícios.

CONCEITO	2025	2024
	Dias	Dias
Período médio de pagamentos a prestadores	13	13
Índice de operações pagas	13	13
Índice de operações aguardando pagamento	13	13
	Montantes	Montantes
Pagamentos realizados	93.245	103.669
Pagamentos pendentes	1.575	137
Total pagamentos do exercício	94.820	103.806

Milhares de euros

As informações sobre as faturas pagas em um período inferior ao máximo estabelecido nas normas de inadimplência são as seguintes:

Conceito	2025	2024
Volume monetário pago	93.245	103.669
Miles de euros		
Porcentagem que representa sobre o total monetário de pagamentos aos prestadores	98,34 %	99,87 %
Numero de facturas pagadas	6.289	6.478
Porcentagem sobre o número total de faturas pagas a prestadores	95,03 %	97,57 %

Anexo 1**Exercício 2025**

Denominação	Domicílio	Atividade	PARTICIPAÇÃO				milhares de euros					Dividendos recebidos		
			%		Direitos de voto	Capital	Reservas	Outros itens do patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor contábil	(Deterioração) /Reversão exercício		Deterioração acumulada	
			Direta	Indireta										Direto
Mapfre Tech	S.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Informática	100,00	—	100,00	—	41.436	4.132	—	814	42.453	—	—	
Mapfre Internacional	S.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Holding	100,00	—	100,00	—	824.432	5.510.214	(1.860.974)	(20.450)	4.141.762	—	106.700	
Mapfre Re Cia. de Resseguros	S.A. Paseo de Recoletos, 25 28004 Madrid	Resseguros	94,43	—	94,43	—	342.165	1.964.741	57.147	—	1.023.175	—	153.731	
Mapfre Asistencia, Cia Internacional de Seguros y Resseguros	S.A. Sor Ángela de la Cruz, 6 28020 Madrid	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	135.129	73.090	(89.988)	(2.997)	58.435	(15.356)	19.749	
Mapfre Inmuebles	S.G.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Imobiliária	10,00	90,00	10,00	90,00	593.474	(132.827)	—	862	51.297	1.332	55.704	
Mapfre Vida	S.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Seguros e Resseguros	100,00	—	99,92	—	60.197	1.071.305	104.399	53.955	1.133.095	—	195.117	
Mapfre Investment	S.A. Avda.18 de Julio ,841 Montevideo (Uruguay)	Finanças	100,00	—	100,00	—	5.571	9.405	(9.086)	2.207	4.658	—	1.943	
Mapfre Inversión	S.A. Crta.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madrid	Sociedade de Valores	—	100,00	—	100,00	33.055	40.153	3.000	(14.318)	54.719	2	—	
Solución Seguros, CIA Internacional SA	S.A. Avda. General Perón, 40 - 28020 Madrid	Seguros e Resseguros	50,00	—	50,00	—	—	18.497	(18.485)	—	75.950	—	—	
Mapfre Asset Management	S.A. Crta.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madrid	Administrador a de instituições de investimento coletivo	0,01	99,99	0,01	99,99	2.043	(9.343)	1.112	(11.169)	44.652	2	5	
Mapfre Espanha	S.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	564.624	1.164.550	(34.664)	252.635	8.049	3.563.024	—	153.169
Desarrollos Urbanos, CIC	S.A. Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madrid	Imobiliária	0,08	99,92	0,08	99,92	383	6.009	—	413	(1.650)	4	59	—

Os montantes de Contas Patrimoniais e os resultados das sociedades correspondem a dados consolidados.

Exercício 2025

Denominação	Forma Jurídica	Domicílio	Atividade	PARTICIPAÇÃO				Resultado do exercício			(Deterioração)		Dividendos recebidos		
				%	Diretos de voto	Capital	Reservas	Outros itens do patrimônio líquido	Resultado operacional	Outros resultados	Valor contábil	/Reversão exercício		Deterioração acumulada	
				Direta	Indireta	Direto	Indireto								
MGR Agencia de Suscripción	S.A.	Crta.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	60	1.956	—	1.124	1.952	—	—	955
Santander Mapfre Hipoteca Inversa	S.A.	Calle Juna Ignacio Luca de Tena, 11 - 28027 Madri	Intermediação financeira	50,00	—	50,00	—	14.000	(7.889)	—	(3.952)	246	(10.254)	10.254	—
La Financiera Responsable		Rue de Ponthieu, 52 - 75008 Paris	Gestão de ativos	92,00	—	—	—	3.169	489	—	(1.309)	4.378	—	—	—
Alma Mundi Insurtech Fund, FCRE	LTDA	Plaza Santa Barbara, 2 - 28004 Madri	Gestão de ativos	24,94	—	—	—	95.149	(33.565)	24.478	(10.695)	18.794	(4.933)	4.933	—
Alma Mundi Insurtech Fund II, FCRE	LTDA	Plaza Santa Barbara, 2 - 28004 Madri	Gestão de ativos	20,74	—	20,74	—	130.136	(7.819)	4.093	(17.077)	22.680	(2.994)	4.315	—
Meag Eur Offices Eos SCSP SICAV RAIF		1c, rue Gabriel Lippmann - L-5365 Munsbach - Grand Duchy of Luxembourg	Gestão de ativos	5,00	45,00	5,00	45,00	303.373	—	—	5.514	12.962	589	1.239	—
Mapfre Private Debt, Fil		Crta.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madri	Gestão de ativos	2,86	80,44	2,86	80,44	259.995	—	—	—	6.030	—	—	—
Mapfre Private Debt II, Fil		Crta.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madri	Gestão de ativos	0,04	93,00	2,86	96,87	266.600	—	—	—	98	(2)	2	—
Total												10.160.997	(31.620)	375.644	631.369
Outros investimentos															18
Total de investimentos de empresas do Grupo e associadas															10.161.015

Os montantes de Contas Patrimoniais e os resultados das sociedades correspondem a dados consolidados.

Nenhuma sociedade é listada na Bolsa.

Exercício 2024

Denominação	Forma Jurídica	Domicílio	Atividade	PARTICIPAÇÃO				Resultado do exercício			(Deterioração)		Dividendos recebidos		
				%	Diretos de voto	Capital	Reservas	Outros itens do patrimônio líquido	Resultado operacional	Outros resultados	Valor contábil	/Reversão exercício		acumulado	
				Direta	Indireta	Direto	Indireto								
Mapfre Tech	S.A.U.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Informática	100,00	—	100,00	—	26.869	2.468	—	1.427	225	27.886	—	—
Mapfre Internacional	S.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Holding	100,00	—	100,00	—	824.432	5.256.883	(1.675.442)	367.030	(101)	4.141.762	—	200.000
Mapfre Re Cia. de Resseguros	S.A.	Paseo de Recoletos, 25 28004 Madri	Resseguros	94,43	—	94,43	—	342.165	1.812.402	(37.723)	325.271	—	1.023.175	—	127.008
Mapfre Asistencia, Cia Internacional de Seguros y Resseguros	S.A.	Sor Angela de la Cruz, 6 28020 Madri	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	135.129	82.179	(91.917)	10.416	(5.694)	73.792	14.726	283.781
Mapfre Inmuebles	S.G.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Imobiliária	10,00	90,00	10,00	90,00	593.474	(118.561)	—	2.540	(16.803)	49.964	(1.932)	57.037
Mapfre Vida	S.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Seguros e Resseguros	100,00	—	99,92	—	60.197	1.051.004	92.676	163.420	51.913	1.133.095	—	246.284
Mapfre Investment	S.A.	Avda. 18 de Julio , 841 Montevideo (Uruguai)	Finanças	100,00	—	100,00	—	5.571	7.595	(7.542)	—	2.104	4.658	—	139
Mapfre Consultores de Seguros y Resseguros	S.A.	Paseo de Recoletos, 25 28004 Madri	Serviços de Assessoria e Gestão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mapfre Inversión	S.A.	Ctra.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madri	Sociedade de Valores	—	100,00	—	100,00	33.055	41.690	3.545	(13.792)	52.318	2	—	5
Solution Seguros, Cia Internacional	S.A.	Avda. General Perón, 40 - 28020 Madri	Seguros e Resseguros	50,00	—	50,00	—	40.149	128.730	(18.678)	18.895	—	75.950	—	—
Mapfre Asset Management	S.A.	Ctra.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madri	Administradora de instituições de investimento coletivo	0,01	99,99	0,01	—	2.043	(6.176)	1.395	(10.823)	43.272	2	—	—
Mapfre Espanha	S.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	564.624	1.168.038	(39.383)	143.447	8.112	3.563.024	—	69.511
Desenvolvimentos urbanos	S.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Imobiliária	0,08	99,92	0,08	99,92	383	8.035	—	675	(2.701)	7	(1)	56
MGR Agencia de Suscripción	S.A.	Ctra.Pozuelo, 52 Majadahonda - 28222 Madri	Seguros e Resseguros	100,00	—	100,00	—	60	1.964	—	(164)	846	1.952	—	961
Santander Mapfre Hipoteca Inversa	S.A.	Calle Juna Ignacio Luca de Tena, 11 - 28027 Madri	Intermediação financeira	50,00	—	—	—	14.000	(4.268)	—	(3.548)	—	10.500	—	—
La Financière Responsable		Rue de Ponthieu, 52 - 75008 Paris	Gestão de ativos	51,00	—	—	—	1.169	693	—	(221)	—	1.470	—	70

Os montantes de Contas Patrimoniais e os resultados das sociedades correspondem a dados consolidados.

Exercício 2024

Denominação	Forma Jurídica	Domicílio	Atividade	PARTICIPAÇÃO			Direitos de voto		Capital	Reservas	Outros itens do património líquido	Resultado do exercício		Valor contábil	(Deterioração /Reversão exercício	Deterioração acumulada	Dividendos recebidos
				%	Direta	Indireta	Direto	Indireto				Result. operacional	Outros resultados				
Alma Mundi Insurtech Fund, Fcre	LTDA	Plaza Santa Barbara, 2 - 28004, Madri	Fundo de investimento	24,94	—	—	—	—	95.149	(29.110)	35.547	(4.456)	—	23.726	—	—	—
Alma mundi Insurtech Fund II, Fcre	LTDA	Plaza Santa Barbara, 2 - 28004, Madri	Fundo de investimento	23,85	0,00	—	—	0,00	108.447	(4.625)	22	(3.159)	—	20.920	-549	1.321	—
Meag Eur Office S Eos Scsp Sicav Raif		Lippmann - L-5365 Munsbach - Grand Duchy of	Fundo de investimento	5,00	45,00	—	—	45,00	303.373	—	—	(2.541)	—	12.735	(1.133)	1.828	—
Mapfre Private Debt Fii		C/ta.Pozuelo, 50 Majadahonda - 28222 Madri	Fundo de investimento	2,86	81,51	—	—	81,51	218.831	—	—	—	—	6.030	—	—	—
Total														10.170.650	11.111	344.023	647.238
Outros investimentos														18			
Total de investimentos de empresas do Grupo e associadas														10.170.668			

Os montantes de Contas Patrimoniais e os resultados das sociedades correspondem a dados consolidados.

Nenhuma sociedade é listada na Bolsa.

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

EXERCÍCIO 2025

MAPFRE S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 2025

ÍNDICE

A. Grandezas básicas individuais	60
B. Atividades principais	60
C. A Mapfre e seus acionistas	61
D. Meio ambiente	63
E. Aquisição e alienação de ações próprias	63
F. Recursos Humanos	64
G. Auditoria externa	66
H. Órgãos de governança	66
I. Período médio de pagamentos a prestadores	67
J. Pesquisa, desenvolvimento e inovação	68
K. Fatores e riscos ambientais, sociais e de governança	70
L. Outros riscos e incertezas	70
M. Informações não financeiras	71
N. Acontecimentos importantes para a sociedade ocorridos após o final do exercício	70
O. Perspectivas	71
P. Relatório anual de governança corporativa	73
Q. Relatório anual de remunerações de Conselheiros	72

Mapfre S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 2025

A Mapfre S.A., (doravante, a Sociedade) é uma sociedade anônima cuja principal atividade reside no investimento dos seus fundos em ativos mobiliários e imobiliários.

A. Grandezas básicas individuais

Os destaques dos dados da Conta de Resultados são os seguintes:

- As receitas com dividendos de empresas do Grupo e associadas totalizaram 631,4 milhões de euros, frente a 647,2 milhões de euros no exercício 2024.
- As despesas operacionais totalizaram 207,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 13,6% em relação ao exercício 2024.
- As receitas financeiras totalizaram 4,5 milhões de euros, frente a 4,0 milhões no exercício anterior.
- As despesas financeiras totalizaram 83,0 milhões de euros, representando uma redução de 8,3% em relação ao exercício anterior.
- Durante o exercício, foram constituídas provisões para perda por desvalorização de participações em empresas do Grupo e associadas no valor de 33,5 milhões de euros e revertidas provisões no valor de 1,9 milhão de euros (11,1 milhões de euros constituídos em 2024).
- Com isso, o lucro antes do imposto do exercício totaliza 402,9 milhões de euros (464,9 milhões de euros em 2024).
- A receita de imposto sobre sociedades do exercício 2025 totaliza 41,4 milhões de euros, frente a 44,8 milhões de euros no exercício 2024.
- O lucro após impostos atinge 444,3 milhões de euros, o que representa uma redução de 12,81% em relação ao exercício anterior.

Com relação aos dados do Balanço, os destaques são os seguintes:

O patrimônio líquido da Mapfre S.A. totaliza 7,6475 bilhões de euros, representando uma redução de 89,2 milhões de euros em relação ao exercício anterior, 1,15% como consequência da diferença entre o lucro do exercício e os dividendos pagos durante o ano, que totalizaram 297,2 milhões de euros, o dividendo complementar do exercício 2024 distribuído em 2025 e o dividendo antecipado do próprio exercício no valor de 215,6 milhões de euros.

- Os ativos totais totalizam 10,7066 bilhões de euros, dos quais 10,161 bilhões e 98,8 milhões de euros correspondem, respectivamente, a investimentos em empresas do Grupo e associadas de longo e curto prazo.

B. Atividades principais

As principais variações nas fontes de financiamento da Sociedade durante o exercício 2025 foram as seguintes:

- a. Cancelamentos parciais de linha de crédito bilateral com empresas do Grupo no valor de 130 milhões de euros e utilizações no valor de 324,5 milhões de euros.
- b. Cancelamento de empréstimo sindicalizado, com vencimento em outubro de 2030. Durante o exercício de 2025, foram realizados cancelamentos parciais no valor de 490 milhões de euros e utilizações no valor de 405 milhões de euros.

Investimentos em empresas do Grupo

Durante o exercício, a Sociedade realizou as seguintes operações por investimentos em empresas do Grupo.

- Em 3 de junho de 2025, foi realizada uma ampliação de capital na Mapfre Tech S.A., no valor de 14,567 milhões de euros.
- Durante o ano de 2025, foram adquiridas 12.951 ações da La Financere Responsable e foi realizada uma ampliação de capital em 7 de agosto de 2025, alcançando uma participação total de 92% na companhia.
- Desembolso de 4,5 milhões de euros de Alma Mundi Insurtech II em 5 de maio de 2025.

C. A Mapfre e seus acionistas

AÇÃO DA MAPFRE

No quadro a seguir apresenta-se a informação básica relativa à ação da Mapfre ao encerramento de 2025:

Número de ações em circulação	3.079.553.273, totalmente subscritas e integralmente desembolsadas.
Valor nominal de cada ação	0,1 euro.
Tipo de ação	Ordinária, representada por anotação em conta. Todas as ações em circulação conferem os mesmos direitos políticos e econômicos.
Mercados nos quais é comercializada	Mercado de ações espanhol
Código ISIN	ES0124244E34

De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, durante o ano 2025 foi negociada uma média diária de 3.367.304 ações e o volume médio diário efetivo negociado atingiu 12,1 milhões de euros.

VALOR E RENTABILIDADE

O preço da ação apresentou a evolução que pode ser observada no quadro seguinte, em comparação com os principais índices de referência (o índice seletivo IBEX 35 e os setoriais STOXX Europe 600 Insurance e IBEX 35 Bancos):

	1 ANO	2 ANOS
Mapfre	75,1%	120,4%
STOXX Europe 600 Insurance	24,5%	47,2%
IBEX 35	49,3%	71,3%
IBEX 35 Bancos	112,6%	162,5%

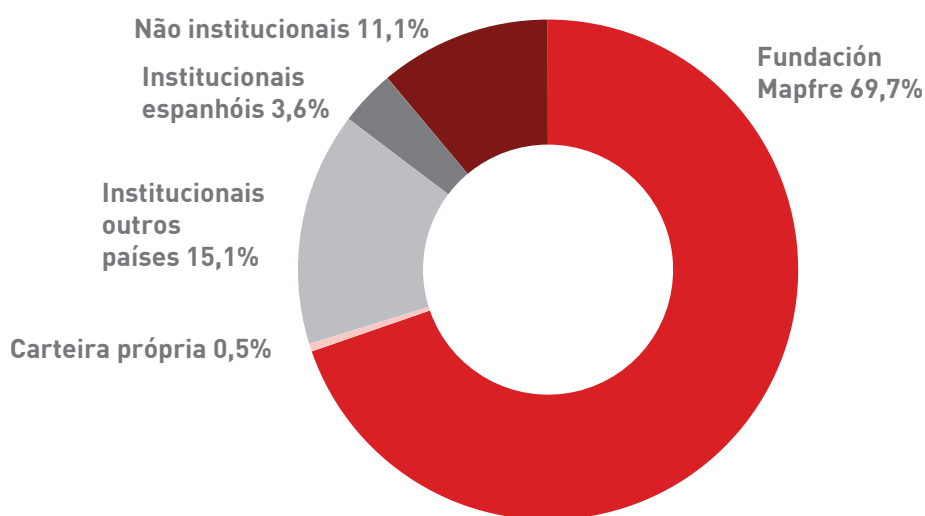
No mesmo período, os principais indicadores relacionados à ação foram os seguintes:

	2025	2024	Var.%
Capitalização (milhões de euros)	13.187	7.533	75,1%
Valor da ação (euros)	4,282	2,446	75,1%
Valor contábil por ação (euros)	3,056	2,886	5,9%
Preço / Valor contábil	140,1 %	84,7 %	55,4 p.p.
Lucro por ação (euros)	0,37	0,31	18,6%

COMPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

Ao encerramento do exercício 2025, a Mapfre contava com 151.628 acionistas.

O seguinte gráfico apresenta o detalhamento da composição do grupo de acionistas:



DIVIDENDO

Em 28 de novembro de 2025, foi pago o dividendo a título de adiantamento dos resultados do exercício de 2025, no valor bruto de 0,0704 euros por ação (0,0653 euros brutos em 2024), após aplicação proporcional do valor correspondente às ações em tesouraria às demais ações. O dividendo total pago no ano atingiu 0,165 euros por ação, até alcançar um desembolso total de 508 milhões de euros.

Com o objetivo de fomentar a participação dos acionistas na Junta Geral de Acionistas, em 2025 foi aprovado um dividendo de participação em dinheiro no valor bruto de 0,0015 euro por ação, à conta de reservas de livre disposição, após o cumprimento das duas condições às quais o pagamento estava condicionado: por um lado, alcançar um quórum de constituição da Junta Geral de pelo menos 81% do capital; por outro, a aprovação da modificação dos estatutos sociais que permite implementar esse tipo de incentivo.

O dividendo proposto pela Assembleia Geral como dividendo complementar do exercício de 2025 é de 0,11 euros brutos por ação. Assim, o dividendo total referente ao exercício de 2025 sobe para 0,18 euros brutos por ação, representando um índice de distribuição (pay-out ratio) de 48,9% (50,9% em 2024).

A evolução do dividendo e da rentabilidade por dividendo, calculada com base no preço médio ponderado pelo volume das ações, foi a seguinte:

	2025	2024
DIVIDENDO POR AÇÃO (euros)*	0,165	0,155
RENTABILIDADE POR DIVIDENDO	4,6%	6,9%

*Dividendo pago no exercício

COBERTURA DE ANALISTAS

A partir dos relatórios dos analistas que cobrem as ações da Mapfre, o preço-alvo médio da ação da Mapfre se encontra em 4,01 euros na data deste relatório. Em 31 de dezembro de 2024, o preço-alvo médio se situava em 2,64 euros.

A maioria dos analistas recomenda manter (61%), enquanto os demais recomendam comprar (8%) ou vender (31%).

D. Meio ambiente

Em 2025, o avanço dos objetivos definidos para o ano no Plano de Pegada Ambiental continuou, permitindo uma redução de 24,1% na pegada do Grupo em relação à linha de base de 2022. Estes objetivos, assim como as atuações necessárias para consegui-los, estão incluídos no Plano de Sustentabilidade 2024-2026, para garantir a atuação alinhada e coordenada de todas as entidades do Grupo Mapfre nesta matéria.

Durante o presente exercício, foi alcançado o objetivo de compensação da pegada de carbono em 13 países: Alemanha, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Espanha, Itália, Malta, México, Panamá, Peru, Portugal, Porto Rico e Turquia, o que representou uma compensação de 45.136 tCO₂eq. Além disso, em 2025, a pegada de carbono do Grupo foi reduzida em 16.991 tCO₂eq em relação a 2022, o que equivale a uma redução de 24,1%, superando o objetivo de redução de 21% estabelecido para este ano. Essas realizações refletem o compromisso contínuo do Grupo com a sustentabilidade e a mitigação da mudança climática.

A carteira de investimentos da Mapfre está alinhada ao Acordo de Paris, buscando os investimentos que permitam manter o aquecimento global em torno de 1,5 °C através dos compromissos de não investir em certos setores e atividades que contribuem para o aquecimento global.

A empresa definiu seus próprios objetivos de redução de emissões como parte central do seu Plano de Sustentabilidade 2024-2026, a fim de cumprir seu compromisso com a mitigação da mudança climática e a transição para uma série de operações mais responsáveis do ponto de vista ambiental. Além disso, como parte de nosso compromisso de sermos uma empresa net zero até 2050, a Mapfre aderiu à Net Zero Asset Owner e, em janeiro de 2024, definiu os objetivos intermediários até 2030 para alinhar nossas carteiras com o cenário 1,5 °C.

As informações sobre questões ambientais são detalhadas no Estado de Informação Não Financeira (EINF) Consolidado e Informação sobre Sustentabilidade da Mapfre S.A. e sociedades dependentes, doravante denominado Relatório de Sustentabilidade (seção 2. Informações Ambientais).

E. Aquisição e alienação de ações próprias

As operações de compra e venda de ações da Mapfre S.A. cumprem as normas em vigor, os acordos adotados pela Assembleia Geral de Acionistas e a Política de Ações em Tesouraria do Grupo Mapfre, que regulamenta as medidas relativas a transações com ações da própria Sociedade.

Durante o exercício de 2025, foram adquiridas no mercado um total de 10.000.000 de ações próprias, pelo montante total de 40.200.796,28 euros. Essa operação foi realizada com o objetivo de garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pela Sociedade, assegurando a entrega das ações destinadas aos empregados.

No exercício de 2025, foram entregues a executivos de filiais 12.522 ações (29.727 ações em 2024), com um impacto positivo de 7.493,16 euros (1.177,20 euros negativos em 2024) que se encontra incluído na epígrafe "Outras Reservas".

Da mesma forma, em 2025, procedeu-se à entrega de 4.261.352 ações como parte do Plano de Incentivos correspondente ao ciclo 2022-2024, em reconhecimento ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do Grupo Mapfre, registrando-se um impacto positivo de 3.427.525,88 euros.

Também foram entregues 2.234.312 ações (2.899.347 ações em 2024) do Plano de Remunerações em Ações da Mapfre S.A., descrito em "Normas de Avaliação" Nota 4.h., com um impacto positivo de 2.260.470,52 euros (380.547,66 euros positivos em 2024), que foram incluídos na epígrafe "Outras reservas".

Ao encerramento do exercício, a Sociedade possui 15.691.838 ações próprias (12.200.024 em 2024), o que representa 0,5095% do capital (0,3962% em 2024), a um preço médio de 3,30 euros (2,09 euros em 2024).

O valor nominal das ações próprias totaliza 1.569.184 euros (1.220.002 em 2024).

F. Recursos humanos

Nos quadros a seguir são detalhados o número médio e o número final de funcionários nos dois últimos exercícios, classificados por categoria e sexo.

Número médio de funcionários.

CONCEITO	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselheiros e Diretoria Executiva	16	4	16	3
Diretoria	211	144	195	124
Técnicos	83	101	86	109
Administrativos	5	27	7	31
TOTAL NÚMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS	315	276	304	267

Número de funcionários no fim do exercício.

CONCEITO	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselheiros e Diretoria Executiva	16	4	16	3
Diretoria	218	150	204	139
Técnicos	81	98	83	96
Administrativos	5	25	7	32
NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	320	277	310	270

A seguir, é detalhado o número médio de pessoas empregadas que possuem deficiência maior ou igual a 33%, sendo indicadas as categorias a que pertencem.

CONCEITO	2025	2024
Diretoria	6	5
Técnicos	3	3
Administrativos	2	2
TOTAL	11	10

A Mapfre é uma empresa global construída, todos os dias, por 30.846 pessoas que estão no centro da nossa estratégia de gestão de pessoas, cujos pilares são o desenvolvimento, a promoção e o bem-estar, bem como a rapidez em nossas formas de trabalhar.

A Mapfre possui um plano de Transformação de Capacidades, cujo principal objetivo é identificar e desenvolver os conhecimentos necessários para o negócio no curto e médio prazo, além de aprimorar a empregabilidade dos colaboradores por meio de planos de desenvolvimento, planos de carreira, trilhas de formação, programas de upskilling e reskilling, mobilidade entre áreas e países, planos de retenção e sucessão.

Todos os países definem planos de sucessão até o terceiro nível organizacional. Estes planos contam com uma metodologia comum que define a substituição imediata, a curto e médio prazo, bem como as rotas profissionais a serem definidas a fim de ter sucessores potenciais preparados.

A política de promoção, seleção e mobilidade envolve um conjunto de princípios de igualdade de oportunidades, inclusão, transparência, equidade e reconhecimento.

A Mapfre estabelece remunerações adequadas e competitivas segundo a função/cargo, seus méritos e desempenho. São retribuições concebidas tendo em conta a regulação aplicável, e garantindo a igualdade e não discriminação. O modelo de retribuição foca na produtividade e na geração de valor agregado, com flexibilidade para sua adaptação aos diferentes grupos e circunstâncias de um mercado de talento cada vez mais exigente.

A Mapfre tem implantada uma Política de Remunerações transparente, que é conhecida por todos os funcionários, para que a retribuição seja um elemento motivador e de satisfação, que permita alcançar os objetivos marcados e cumprir com a estratégia no âmbito dos interesses a longo prazo da empresa.

A Mapfre comprometeu-se a manter sua diferença salarial em $\pm 1\%$ em 2025, aplicando a metodologia de cálculo da diferença salarial ajustada (equal pay gap, na terminologia inglesa), verificada em 2018 pela consultoria Ernst & Young (EY).

A Mapfre é uma empresa diversa, igualitária e inclusiva, que conta com uma Política de Diversidade e Igualdade de Oportunidades em nível global e uma Estratégia de Diversidade, Inclusão e Equidade denominada Inclusão para o crescimento sustentável. Na empresa convivem pessoas de cinco gerações diferentes, que contribuem e implementam todo o seu talento e se complementam em igualdade de oportunidades.

Tanto estas políticas mencionadas como as demais políticas corporativas estão à disposição de todo o quadro de funcionários na Intranet Global.

Desde fevereiro de 2020, é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres das Nações Unidas e desde 2021, a Mapfre está incluída no índice de Gênero Bloomberg GEI (Gender Equality Index). A Mapfre comprometeu-se a que, em 2025, as mulheres representem 35% do grupo de diretoria (considerando da categoria de Diretoria à Diretoria Executiva). Em 31 de dezembro de 2025, esse percentual atingiu 35,4%.

A Mapfre promove a integração profissional das pessoas com deficiência, e se comprometeu a fazer com que 3,5% de seus funcionários sejam pessoas com deficiência. Em 2025, 4,2% do nosso quadro de funcionários têm algum tipo de deficiência.

A Política de Saúde e Bem-estar e de Prevenção de Riscos no Trabalho tem como objetivo propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável e melhorar a saúde dos funcionários e de suas famílias, tanto dentro quanto fora do âmbito profissional. O Modelo Global de Gestão Empresarial Saudável implantado a nível mundial contempla cinco âmbitos de atuação: ambiente de trabalho, promoção da saúde, atividade física e alimentação, bem-estar mental e ambiente de trabalho.

A Política sobre o respeito e salvaguarda dos direitos humanos garante o direito à liberdade de opinião, informação e expressão, respeitando a diversidade de opiniões na empresa e incentivando o diálogo e a comunicação, bem como o direito de ter um ambiente de trabalho seguro e saudável no qual qualquer manifestação de assédio e comportamento violento ou ofensivo em relação aos direitos e dignidade das pessoas seja rejeitada.

Foi desenvolvido um plano de reativação cultural que coloca o foco no alinhamento de todas as pessoas da Mapfre com seu propósito e valores. Por essa razão, o slogan do plano estratégico foi denominado: SOMOS E FAZEMOS Mapfre.

O principal objetivo do plano de reativação cultural é gerar engajamento e fortalecer o compromisso, concretizando a razão de ser e o propósito da Mapfre: "Cuidamos do que é importante para você", para que todos os que fazem parte da Mapfre cuidem dos clientes, dos colegas e da sociedade.

A informação é ampliada na seção 3.1. "Pessoal Próprio" no Relatório de Sustentabilidade.

G. Auditoria externa

As retribuições aplicadas a favor dos auditores externos são exibidas nos dados a seguir, considerando-se que não comprometem sua independência.

CONCEITO	MONTANTES	
	2025	2024
Serviços de auditoria	952	820
Outros serviços de verificação	131	234
Outros serviços	150	220
Total de serviços auditor principal	1.233	1.274

Milhares de euros

A rubrica “outros serviços de verificação” inclui serviços de cumprimento legal obrigatório na Espanha prestados pela KPMG Auditores, S.L. à Sociedade durante o exercício 2025, tais como a revisão semestral, a revisão do Relatório de Situação Financeira e Solvência e o relatório de procedimentos acordados sobre a descrição do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira. Por outro lado, a KPMG Auditores, S.L. faturou à Sociedade 150 mil euros referentes à verificação da Declaração de Informações Não Financeiras e das Informações de Sustentabilidade.

A informação relativa aos serviços prestados pela KPMG Auditores, S.L. às sociedades vinculadas por relação de controle com a Mapfre, S.A., durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, encontra-se apresentada nas demonstrações financeiras da Mapfre, S.A. e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2025.

H. Órgãos governamentais

Na reunião da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 14 de março de 2025, foram reeleitos a Sra. Ana Isabel Fernández Álvarez e o Sr. Francisco José Marco Orenes como conselheira independente e conselheiro dominical, respectivamente. Também foi deliberada a ratificação da nomeação como conselheiro independente de D. José Luis Perelli Alonso, efetuada pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2024, com efeitos a partir de 4 de julho de 2024, pelo procedimento de cooptação, bem como sua reeleição para o cargo.

Da mesma forma, a referida Junta Geral de Acionistas deliberou designar como conselheiro executivo Sr. José Luis Jiménez Guajardo-Fajardo, em substituição a Sr. Fernando Mata Verdejo, cujo mandato como vice-presidente terceiro e membro do Conselho de Administração da Mapfre, S.A. expirou em 14 de março de 2025, após a realização da Junta Geral de Acionistas.

Por sua vez, Sra. Catalina Miñarro Brugarolas deixou o cargo de conselheira independente da Mapfre, S.A. (e, conseqüentemente, de vice-presidente segunda do Conselho de Administração, vice-presidente segunda e membro da Comissão Delegada, conselheira coordenadora e presidente e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações), com efeitos a partir de 30 de outubro de 2025, por ter atingido, nessa mesma data, o limite máximo de permanência no Conselho de Administração estabelecido no artigo 37º.5 dos Estatutos Sociais.

Na reunião do Conselho de Administração de 25 de junho de 2025, Sra. Ana Isabel Fernández Álvarez foi designada vice-presidente segunda do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2025, em substituição a Sra. Catalina Miñarro Brugarolas, e, por conseguinte, vice-presidente segunda da Comissão Delegada e conselheira coordenadora. Igualmente, foi deliberada sua designação como presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Na mesma reunião do Conselho de Administração de 25 de junho de 2025, a Sra. María de los Ángeles Santamaría Martín foi designada membro do Conselho de Administração da Mapfre, S.A., na qualidade de conselheira independente, pelo procedimento de cooptação, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2025. Também foi deliberada pelo Conselho de Administração a designação da Sra. María del Pilar Perales Viscasillas como membro da Comissão Delegada e do Sr. Francisco José Marco Orenes como membro da Comissão de Nomeações e Remunerações, em ambos os casos com efeitos a partir de 30 de outubro de 2025.

Adicionalmente, na reunião do Conselho de Administração da Mapfre, S.A., realizada em 27 de novembro de 2025, foi deliberada a designação da Sra. María de los Ángeles Santamaría Martín como membro da Comissão de Riscos, Sustentabilidade e Conformidade e da Comissão de Nomeações e Remunerações da Mapfre, S.A., em substituição à Sra. Ana Isabel Fernández Álvarez e à Sra. María del Pilar Perales Viscasillas, respectivamente.

Todas as nomeações acima foram objeto de parecer favorável ou realizadas mediante proposta prévia da Comissão de Nomeações e Remunerações, conforme aplicável em cada caso, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração da Mapfre, S.A.

Ao longo do exercício de 2026 vencerão os mandatos do presidente do Conselho de Administração e conselheiro executivo Sr. Antonio Huertas Mejías e das conselheiras independentes Sra. María del Pilar Perales Viscasillas e Sra. María de los Ángeles Santamaría Martín (que foi designada pelo procedimento de cooptação na data anteriormente indicada). A Comissão de Nomeações e Remunerações elaborou o relatório sobre a reeleição do Sr. Huertas e as propostas sobre a reeleição das Sras. Perales Viscasillas e Santamaría Martín, para submissão à próxima Junta Geral Ordinária de Acionistas.

I. Prazo médio de pagamento a fornecedores

A seguir, são detalhadas as características dos pagamentos feitos para prestadores nos dois últimos exercícios.

CONCEITO	2025 Dias	2024 Dias
Período médio de pagamentos a prestadores	13	13
Índice de operações pagas	13	13
Índice de operações aguardando pagamento	13	13
	Montantes	Montantes
Pagamentos realizados	93.245	103.669
Pagamentos pendentes	1.575	137
Total pagamentos do exercício	94.820	103.806

Milhares de euros

As informações sobre as faturas pagas em um período inferior ao máximo estabelecido nas normas de inadimplência são as seguintes:

Concepto	2025	2024
Volume monetário pago	93.245	103.669
Milhares de euros		
Porcentagem que supone sobre o total monetário de pagamentos aos provedores	98,34 %	99,87 %
Número de fatos pagos	6.289	6.478
Porcentagem sobre o número total de faturas pagas a fornecedores	95,03 %	97,57 %

Pesquisa, desenvolvimento e inovação

INOVAÇÃO

A Inovação é um elemento-chave no desenvolvimento da Mapfre, pois permite antecipar mudanças no ambiente e criar elementos de diferenciação frente à concorrência. Contribui de forma significativa para reduzir a incerteza, ao fornecer soluções que atendem às necessidades do plano estratégico e acelerar a transformação cultural rumo a uma organização mais ágil, transversal, inovadora e aberta.

Como parte de seus esforços para continuar liderando a transformação do setor segurador e oferecer o melhor serviço, a Mapfre anunciou, em 2025, a renovação de seu modelo de inovação. O novo modelo, Mapfre Inovação, já está em funcionamento e será, dentro da Visão Transversal da Transformação, uma alavanca estratégica fundamental para os próximos anos.

De fato, desde 2019 mais de 5 milhões de clientes se beneficiaram de soluções originadas no modelo de inovação, tanto no âmbito da operação seguradora (contratação ou prestações) quanto na dimensão relacional e aspiracional, abordando temas de grande relevância social. Além disso, em 2025 trabalhamos com mais de 50 startups, consolidando a relação da Mapfre com empreendedores do setor segurador e nosso papel como referência no ecossistema de inovação em seguros. Conseguimos atrair os melhores em sua categoria, assinando acordos com algumas das mais conceituadas startups com as melhores soluções insurtech do mercado.

Como parte do compromisso de investimento de capital de risco associado ao setor de seguros, a Mapfre participa como principal investidor do fundo de capital de risco Alma Mundi Insurtech administrado por Mundi Ventures. O Fundo I, com 100 milhões de euros, já entrou em fase de desinvestimento. O Fundo II, com um fechamento de 162 milhões de euros e tamanho previsto de 250 milhões de euros, foi lançado no início de 2022 e já realizou 22 investimentos, sendo considerado o maior fundo de investimento Insurtech da Europa.

Também no âmbito do investimento em startups inovadoras, em julho deste ano a Mapfre passou a integrar o Consórcio que compõe a Blue Marble na América Latina, uma startup especializada na criação de seguros paramétricos para populações desfavorecidas. Uma aposta na busca de soluções inovadoras e com impacto social que, alinhada aos nossos compromissos de sustentabilidade, permitirá aprofundar nosso objetivo de reduzir a lacuna de seguros na América Latina.

Por outro lado, em 2025 continuou-se direcionando foco e recursos para iniciativas de crescimento, em áreas de oportunidade identificadas na Estratégia do Grupo que podem representar uma parcela significativa do negócio segurador no futuro. Algumas das áreas de oportunidade trabalhadas incluem longevidade e novas realidades sociais, a nova mobilidade e riscos emergentes, como os associados à mudança climática, à cibersegurança ou à Inteligência Artificial (IA). Ao mesmo tempo, neste ano foi mantida a atividade em iniciativas de transformação dos modelos operacionais e de otimização técnica, explorando, por exemplo, capacidades de IA na regulação de sinistros. Também se trabalhou na consolidação da linha de perspectiva estratégica como ferramenta de antecipação. Neste ano foi realizado um exercício de Futurecasting sobre o "Futuro da interação", para estudar a forma como máquinas e pessoas se relacionam, como isso pode evoluir no futuro, como pode impactar a Mapfre e como podemos nos preparar. Entrando com mais detalhes em alguma das áreas mencionadas:

- Em matéria de Ciberproteção, continua-se explorando soluções integrais capazes de atender às necessidades dos segmentos de particulares, PYMEs e grandes empresas em relação aos ciberriscos ao longo de todo o seu ciclo de vida (ou seja, prevenção, detecção, reação e reparação).

Em matéria de Riscos Climáticos, por um lado, continuam em teste soluções avançadas que permitem uma avaliação mais precisa dos riscos e de suas projeções no futuro em diferentes cenários de mudança climática e, por outro lado, estão sendo exploradas diferentes oportunidades para novos produtos e serviços relacionados ao risco climático nos segmentos Empresa, Vida e Residencial. Uma das linhas de trabalho inclui os seguros paramétricos de índice climático, que complementam os seguros tradicionais.

- No âmbito das oportunidades de automação de processos de negócio viabilizadas pela IA, foi implementado e testado o suporte ao regulador humano na tarefa de verificação de coberturas em caso de sinistro, aproveitando o potencial dos LLMs (IA Generativa) na compreensão da linguagem natural e na leitura de documentação (neste caso, apólices e suplementos). Essa verificação automática preliminar serve como insumo para a revisão do regulador, que passa a dedicar menos tempo a tarefas rotineiras, ao mesmo tempo em que se reduzem os prazos de resposta ao segurado.
- O Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvimap) realizou as seguintes ações:

O aprimoramento do uso dos dados registrados pelo celular do condutor para traçar com maior precisão seus hábitos de condução e o desenvolvimento de algoritmos que permitam acionar automaticamente um FNOL (First Notice of Loss) com base nesses dados registrados, agilizando a abertura do processo, realizando uma classificação preliminar da gravidade do sinistro e acelerando o processo ponta a ponta de atuação em caso de acidente.

Em colaboração com o laboratório Mobios da Universidad Pontificia de Comillas, foi realizado um experimento de colisões em baixa velocidade com voluntários, o que está permitindo analisar com maior precisão os limites de diferença de velocidade nos quais se pode descartar a existência de lesões por efeito chicote cervical.

Aproveitando os avanços alcançados na aplicação de tecnologia inovadora na análise de acidentes (escâneres 3D, leitura de memórias EDR com dados registrados durante os sinistros, construção de gêmeos digitais do local onde ocorrem, etc.), foi organizado um congresso internacional com a participação de mais de 250 especialistas de 8 países, sob o lema "A importância do dado", que evidenciou o nível de desenvolvimento desse departamento na Mapfre.

Em relação ao orçamento do Mapfre Inovação, este se fundamenta na definição do modelo de inovação, contemplando projetos inovadores em colaboração com áreas corporativas, países e unidades de negócio, bem como a dinamização da comunidade de inovação e o impulso tanto da comunicação interna quanto externa. No conjunto, trata-se de um orçamento ambicioso e adequado, que garante o desenvolvimento efetivo da inovação no Grupo Mapfre.

Por fim, e em relação aos indicadores que medem o impacto da Inovação, o Mapfre Inovação encontra-se atualmente avaliando as métricas que melhor reflitam esse impacto e, até o momento, o indicador de clientes impactados por produtos e serviços inovadores representa fielmente tal efeito, com um total de 3.465.207 clientes impactados nos últimos quatro anos.

NEGÓCIO DIGITAL

A Mapfre opera no negócio digital com quatro marcas: Mapfre, Verti, Mawdy e Savia. Ao encerramento de 2025, o crescimento acumulado em base comparável homogênea em relação ao ano anterior foi de 14,6%, alcançando 1,644 milhões de euros. Cabe destacar que esse crescimento foi obtido com um índice combinado bruto do negócio digital de 100,2% (94,7% marca Mapfre, 102,6% marca Verti e 86,3% marca Mawdy), excluindo Mapfre España e Portugal, e com uma margem de contribuição dessas duas operações de 19,2%, em linha com a dos demais canais.

Os principais focos e conquistas nos quais avançamos em 2025 foram:

O foco principal esteve no crescimento disciplinado, avançando na diversificação da oferta, com especial atenção à venda digital de produtos de Vida no Peru e na Colômbia. Foi definido e iniciada a implantação do novo modelo corporativo de contact center de vendas, em colaboração com a Área Corporativa de Operações, no México e nos Estados Unidos. Além disso, foi implementada a plataforma corporativa ROPPO para a gestão avançada de leads digitais em venda telefônica no México e na Alemanha, juntamente com algoritmos avançados para atrair prospectos de maior valor e intenção de compra na Espanha, Estados Unidos, México, Alemanha, Itália, Peru e Colômbia. Também se trabalhou na maximização de ferramentas e soluções existentes, extraíndo maior valor da base instalada, que inclui o CRM (Customer Relationship Management), sistemas de medição da satisfação do cliente, prevenção de fraude, gestão de comunicações e melhoria da experiência digital, entre outras.

No que se refere à otimização técnica, foram desenvolvidos algoritmos de atração orientados à rentabilidade técnica na Espanha e na Alemanha. A gestão de comparadores, que representam 35% do volume de negócio digital do Grupo, recebeu forte impulso por meio da estruturação de um plano global em conjunto com a Área Técnica Corporativa, abrangendo indicadores técnicos e operacionais, formação de equipes, negociação com agregadores e aproveitamento dos dados disponíveis nos painéis para identificar oportunidades. Os avanços foram significativos na Espanha, México e, especialmente, na Alemanha, onde foi implementado um plano colaborativo com cessão temporária de recursos, representando um salto relevante.

No âmbito da experiência do cliente, foi definida uma nova experiência digital de usuário, adaptada às novas formas de interação e à atualização da marca Mapfre, abrangendo portais comerciais, landing pages, tarifadores e contratadores digitais, área do cliente, aplicativos e comunicações digitais. Da mesma forma, trabalhou-se na definição da usabilidade para os futuros aplicativos da Verti na Alemanha e na Itália, e foram realizadas auditorias e planos de ação para garantir a acessibilidade digital conforme a normativa europeia e norte-americana na Espanha, Portugal, Malta, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Porto Rico.

Em relação ao foco em dados, continuou-se fortalecendo o reporte das informações específicas do negócio digital. Todas as operações avançaram no desenvolvimento e maturidade dos principais indicadores de negócio, dispondo, nas mais maduras, de dashboards com camada analítica dinâmica e consultável, que permitem analisar de forma integrada a relação entre indicadores, evitando silos de informação. Foi estabelecida comunicação e colaboração periódica com as operações. Além disso, foi impulsionada a iniciativa de Data Collaboration para melhorar a proposta de valor em acordos por meio da exploração de inteligência conjunta, aproveitando dados de parceiros para otimizar a comercialização e a rentabilidade. Atualmente, está em execução um piloto com a Mawdy e um corretor de seguros de viagem para gerar um modelo de propensão de compra com variáveis de ambas as partes, cujo resultado será ativado em campanhas de marketing a partir de janeiro de 2026.

Por fim, na área de oportunidade de hiperpersonalização, busca-se alcançar escalabilidade e automação na adaptação segmentada da proposta de valor, com o objetivo de aumentar a eficiência nas vendas e melhorar a gestão da carteira de clientes. A arquitetura corporativa de clientes e prospectos está em definição, e foi realizada a primeira implantação da ferramenta CDP (Customer Data Platform) na Mapfre España e na Verti España, com casos de uso em produção antes do fim do ano. Adicionalmente, está sendo analisado o potencial da hiperpersonalização em operações cuja produção é predominantemente intermediada.

O Negócio Digital também contribui com suas capacidades e ferramentas para impactar o restante da companhia, apoiando sua digitalização, uso de dados, experiência digital do cliente, identificação da jornada do cliente em suas interações digitais com a Mapfre, bem como lógicas extrapoláveis a outros canais, como as de gestão de agregadores para melhoria em multitarifadores de corretores.

K. Fatores e riscos ambientais, sociais e de governança

Na seção "Relatório de Sustentabilidade", que faz parte do Relatório de Gestão Consolidado, é oferecida ampla informação sobre a gestão dos riscos ASG do Grupo.

L. Outros riscos e incertezas

Quanto aos riscos materiais e emergentes enfrentados pelo Grupo, dispõe-se de ampla informação na seção "Relatório de Sustentabilidade", que faz parte do Relatório de Gestão Consolidado.

O Grupo está razoavelmente protegido pela manutenção de uma linha estratégica baseada em:

- Rigor técnico na assinatura de riscos e no gerenciamento de sinistros, e nível de gastos inferior à média do mercado.
- Política conservadora na gestão dos investimentos, com a aplicação de critérios de sustentabilidade para gerar um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade.
- Manutenção de um nível razoável de endividamento e ativos líquidos, que mitiga possíveis problemas de liquidez e refinanciamento de dívida em condições adversas.
- Análise contínua das necessidades dos clientes e processos flexíveis, que permitem adequar a oferta de produtos e serviços à demanda.

Por sua vez, o Grupo e as entidades estão sujeitos aos requerimentos de gestão baseada em riscos estabelecidos no regulamento de Solvência II. Este regulamento estabelece a quantia mínima de recursos de capital que as entidades têm de dispor para estar autorizadas a operar, os tipos de recursos de capital admissíveis conforme o regulamento e o capital disponível. Por isso, a manutenção no Grupo de uma alta taxa de solvência é a principal medida de proteção perante os riscos que enfrenta.

M. Informações não financeiras

A Sociedade, individualmente, se beneficia da dispensa prevista nas obrigações estabelecidas na Lei 11/2018, de 28 de dezembro, para a elaboração do Relatório de Informações Não Financeiras, bem como das obrigações dos parágrafos 1 a 4 do artigo 19 bis da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, referentes à apresentação de informações sobre sustentabilidade.

As informações não financeiras consolidadas e de sustentabilidade da Sociedade, assim como o parecer de verificação, estão incluídos na seção "Estado de Informação Não Financeira (EINF) Consolidado e Informações sobre Sustentabilidade da Mapfre S.A. e suas subsidiárias" do Relatório de Gestão Consolidado do Grupo Mapfre, cuja holding é a Mapfre S.A., e que será depositado, juntamente com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Registro Mercantil de Madri. Essa informação pode ser consultada no site da Mapfre S.A.: www.mapfre.com/accionistas-e-inversores/centro-de-documentacion-financiera/

N. Acontecimentos importantes para a sociedade ocorridos após o final do exercício

Durante o mês de janeiro de 2026, a Mapfre, S.A. concluiu uma emissão de obrigações ordinárias no montante total de 1 bilhão de euros, realizada em duas parcelas de 500 milhões de euros cada, com prazos de 6 e 10 anos, com taxa de juros fixa anual de 3,125% e 3,625%, respectivamente, admitidas à negociação no AAIF Mercado de Renda Fixa ("AIAF").

As emissões foram dirigidas exclusivamente a investidores institucionais, ficando excluídos os investidores de varejo, e os recursos obtidos serão utilizados para atender às necessidades de financiamento das atividades ordinárias do Grupo.

Não ocorreram outros fatos relevantes posteriores ao encerramento do exercício.

O. Perspectivas

O ano de 2026 configura-se como um período de crescimento econômico global moderado, com leve desaceleração em relação a 2025, em torno de 3,0%, com a Zona do Euro crescendo 1,1% e os Estados Unidos 1,8%. Embora o cenário central continue descartando uma recessão global, a desaceleração é clara e o espaço para erro de política econômica se estreita. O alcance de um "aterrissagem suave" deve-se à combinação de políticas monetárias ainda restritivas com políticas fiscais claramente deficitárias. No entanto, o nível de endividamento acumulado reduz o espaço de manobra dos governos diante de qualquer perturbação financeira ou geopolítica adicional.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta que os riscos para a estabilidade financeira permanecem elevados, com avaliações de ativos esticadas, tensões crescentes nos mercados de títulos soberanos e um papel cada vez mais relevante das instituições financeiras não bancárias. A elevada dívida pública limita o espaço fiscal em muitos países e faz com que as contas públicas sejam muito sensíveis a aumentos das taxas de juros. Um atraso nos ajustes fiscais em ambientes de alto endividamento pode se traduzir em aumentos adicionais nos prêmios de risco e no custo de financiamento, com o conseqüente risco de episódios de estresse nos mercados de dívida soberana.

A isso se soma o elevado nível de alavancagem de alguns segmentos de investidores e o uso intenso de derivativos nos mercados financeiros. A crescente interconexão entre bancos e o setor financeiro não bancário implica que, no caso de uma correção brusca de preços ou de um episódio de tensões de liquidez, esse choque poderia se propagar rapidamente por meio de vendas forçadas, chamadas de margem e problemas de financiamento em dólares. O FMI adverte que, em um contexto de taxas de juros ainda relativamente elevadas, um choque de confiança pode desencadear saídas de capital, ampliação de spreads e um endurecimento súbito das condições financeiras globais, especialmente nas economias com maior nível de endividamento e menor credibilidade fiscal.

Nesse ambiente, as principais áreas econômicas apresentam situações distintas. Os Estados Unidos continuariam crescendo em torno de 1,8% em 2026, com inflação próxima de 2,6%. A economia norte-americana mantém sua resiliência graças ao consumo privado e ao investimento em setores ligados às tecnologias da informação (IA) e à transição energética, mas apresenta duas vulnerabilidades claras: uma dívida pública superior a 120% do PIB e um setor imobiliário de escritórios enfraquecido, que pode contaminar bancos médios já afetados por perdas não realizadas em suas carteiras de títulos. O espaço fiscal é reduzido, e o Congresso terá de enfrentar, mais cedo ou mais tarde, uma trajetória crível de consolidação.

Na Zona do Euro, projeta-se crescimento próximo de 1,1% em 2026, com inflação convergindo gradualmente para 2%. O Banco Central Europeu pausou, por ora, as reduções nas taxas de juros, aguardando a evolução da inflação nos próximos meses. Entretanto, o crescimento econômico da região é fraco, com o norte europeu prejudicado pela indústria (especialmente a Alemanha) e o sul um pouco mais dinâmico graças ao turismo e aos fundos europeus. A Espanha poderia crescer 1,9% em 2026, com inflação em torno de 1,8%, enquanto Alemanha, França e Itália avançariam a ritmos de 0,9%, 0,8% e 0,7%, respectivamente. As contas públicas da França e da Alemanha ilustram bem as tensões fiscais europeias. A França enfrenta déficit ainda próximo de 5,5% do PIB em 2025 e dívida em torno de 114% do PIB, em um contexto de forte gasto com pensões e pressão social que levou ao adiamento de reformas estruturais. A Alemanha, por sua vez, combina a necessidade de financiar um ambicioso programa de rearmamento e infraestrutura com um sistema de pensões sob forte pressão devido ao envelhecimento populacional. O chanceler alemão advertiu que os benefícios futuros estão sob tensão e que o país terá de gastar mais em armamentos, o que impulsiona a dívida para níveis superiores a 80% do PIB até o fim da década e pressiona o tradicional arcabouço de disciplina fiscal alemão.

O Japão enfrenta 2026 com crescimento modesto, em torno de 0,7%, após o avanço de 2025, e com a novidade de ter abandonado, finalmente, a política de juros negativos. O Banco do Japão iniciou a normalização de sua política e flexibilizou o controle da curva de juros, em um momento em que a inflação se mantém próxima de 2% e os salários começaram a crescer. O risco para a economia japonesa é duplo: aumentos rápidos demais das taxas de juros poderiam frear uma recuperação ainda frágil e provocar uma valorização brusca do iene; por outro lado, adiar a normalização prolongaria distorções nos mercados de dívida e a dependência do banco central como comprador quase exclusivo de títulos, em um país com a maior dívida pública do mundo desenvolvido.

A China, por sua vez, caminha para crescimento em torno de 4,2% em 2026, claramente abaixo das taxas da década anterior. O país ainda enfrenta a crise imobiliária e elevado endividamento dos governos locais. O investimento imobiliário se contrai, a demanda interna enfraquece e a inflação permanece muito contida, beirando a deflação. O governo anunciou estímulos seletivos, mas evita grandes pacotes de gastos que agravariam o endividamento total. Externamente, a China sofre o impacto de um ambiente comercial mais hostil, com tarifas elevadas nos Estados Unidos e tensões crescentes com a União Europeia, especialmente em setores como veículos elétricos e bens tecnológicos.

Na América Latina, o Brasil caminha para crescimento mais alinhado ao seu potencial, em torno de 1,6% em 2026. Após elevar as taxas de juros de forma bastante agressiva para controlar a inflação, o Banco Central vem reduzindo a taxa Selic, e a inflação converge para a meta próxima de 3%. O México, por sua vez, manterá trajetória de crescimento moderado, em torno de 1,4% em 2026, após desaceleração em 2025 próxima de 0,4%. O Banco do México reduziu as taxas de juros oito vezes em 2025, de 10% para 7%, e espera-se que a inflação fique em torno de 3,7% em 2026. A economia mexicana ainda pode se beneficiar da tendência de nearshoring para a América do Norte, mas sua dependência do ciclo industrial dos Estados Unidos, as incertezas comerciais no âmbito do TMEC (USMCA) e a necessidade de consolidação fiscal limitam o potencial no curto prazo.

No plano geopolítico, os acontecimentos recentes na Venezuela e a guerra na Ucrânia estão no centro das preocupações globais. A situação na Ucrânia segue sem solução negociada à vista. Os Estados Unidos não conseguiram interromper o conflito, em parte devido ao desencontro de expectativas entre as partes, mas conseguiram que o compromisso de financiar a continuidade do esforço de guerra recaísse, em grande medida, sobre a Europa. A União Europeia e os países europeus assumiram parcela crescente da ajuda financeira e militar, o que adiciona pressão a contas públicas já tensionadas pelo maior gasto com defesa e energia. Nesse contexto, a Europa iniciou uma mudança histórica em sua política de defesa. Segundo estimativas da Comissão Europeia e de institutos especializados, o gasto militar da União Europeia passou de aproximadamente 1,3% do PIB em 2023 para 1,5% em 2024 e alcançaria 1,6% em 2025-2026, com diversos países se aproximando ou superando 2% do PIB. Além disso, foi lançado o plano “ReArm Europe”, com o objetivo de mobilizar até 800 bilhões de euros para fortalecer a indústria de defesa e apoiar a Ucrânia. Esse aumento estrutural do gasto militar, embora reforce a capacidade defensiva, adiciona entre 0,3 e 0,5 ponto percentual do PIB por ano de pressão sobre os orçamentos e obriga a realocar recursos de outras rubricas ou aceitar déficits mais elevados por vários anos.

Em síntese, 2026 se apresenta como um período de crescimento moderado e desinflação gradual, sustentado, porém, por uma base fiscal e financeira frágil. Os elevados níveis de endividamento, a necessidade de financiar maior gasto militar e a transição energética, bem como a crescente complexidade do sistema financeiro e monetário, indicam que o espaço para erro é reduzido. A chave para manter o cenário central de “não recessão” será a combinação de prudência fiscal, regulação financeira mais rigorosa (especialmente quanto à alavancagem e derivativos) e gestão cuidadosa das novas formas de dinheiro digital, evitando que a inovação comprometa a estabilidade de um sistema financeiro já bastante tensionado.

P. Relatório anual de governança corporativa

O Relatório Anual de Governança Corporativa do exercício 2025, conforme exigido pelo Artigo 538 do Real Decreto Lei 1/2010, de 2 de julho, pelo qual é aprovado o Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital, faz parte integrante deste Relatório de Gestão Consolidado, e submete-se aos mesmos critérios de aprovação, depósito e publicação que este Relatório de Gestão Consolidado. O conteúdo do mesmo está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV) no seguinte endereço:

<https://www.cnmv.es/Portal/consultas/ee/informaciongobcorp?TipoInforme=1&nif=A08055741&lang=en>,
assim como no site da Mapfre: www.mapfre.com/pt-br/

Q. Relatório anual de remunerações de Conselheiros

O Relatório Anual sobre Remunerações dos Administradores do exercício de 2025, conforme exigido pelo Artigo 538 do Real Decreto Lei 1/2010, de 2 de julho, pelo qual é aprovado o Texto Reformulado da Lei de Sociedades de Capital, faz parte integrante deste Relatório de Gestão Consolidado, e submete-se aos mesmos critérios de aprovação, depósito e publicação. O conteúdo do mesmo está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores (CNMV) no seguinte endereço:

<https://www.cnmv.es/Portal/consultas/ee/informaciongobcorp?TipoInforme=6&nif=A08055741&lang=en>,
assim como no site da Mapfre: www.mapfre.com/pt-br/

As Contas Anuais Individuais da MAPFRE, S.A. (a “Sociedade”), contidas nas páginas XX a XX anteriores e o Relatório de Gestão Individual contido nas páginas XX a XX anteriores, correspondentes ao exercício de 2025, foram formuladas pelo Conselho de Administração em sua reunião do dia 11 de fevereiro de 2026. Os conselheiros declaram que, até chegar ao seu conhecimento, as contas mencionadas foram elaboradas com base nos princípios de contabilidade aplicáveis e oferecem a imagem do patrimônio, da situação financeira e dos resultados da Sociedade. Além disso, o Relatório de Gestão inclui uma análise de campo da evolução dos resultados e da posição da Sociedade e informações ampliadas, junto com a memória, dos riscos e incertezas sobre os que são enfrentados.

Sr. Antonio Huertas Mejías
Presidente e CEO

Sr. Francisco J. Marco Orenes
Membro

Sr. José Manuel Inchausti Pérez
Primeiro vice-presidente

Sra. María del Pilar Perales Viscasillas
Membro

Sra. Ana Isabel Fernández Álvarez
Segunda vice-presidente

Sr. José Luis Perelli Alonso
Membro

Sra. María Leticia de Freitas Costa
Terceira vice-presidente

Sr. Eduardo Pérez de Lema Holweg
Membro

Sra. Rosa María García García
Membro

Sra. María de los Ángeles Santamaría Martín
Membro

Sr. Antonio Gómez Ciria
Membro

Sra. María Elena Sanz Isla
Membro

Sr. José Luis Jiménez Guajardo-Fajardo
Membro

Sr. Francesco Paolo Vanni d'Archirafi
Membro

Sra. María Amparo Jiménez Urgal
Membro

Sr. José Miguel Alcolea Cantos
Secretário não vocal